

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO



NÚMERO 24
OUTUBRO 2008
R\$ 15,00



Além do *jet set*

O que significa sustentabilidade
para as pequenas empresas e a
maioria dos cidadãos brasileiros

Para nós, **Sucesso**
é dar certo fazendo
a coisa certa
do jeito certo.

Morena Leite

► Chef de cozinha e Cliente Van Gogh desde 2004.

Serviços Van Gogh.
A competência do
atendimento preferencial
com a consciência
do Banco Real.

Van Gogh
Preferred Banking

A Morena Leite nasceu para cozinhar.
Hoje é uma chef de sucesso, elaborando pratos que misturam
sabor e alegria, com a cara do povo brasileiro. E ela também sabe
outra receita: a de um Brasil melhor. Faz isso criando empregos
para sua comunidade e usando com inteligência alimentos
orgânicos e reutilizando a água em seus restaurantes.
Assim como muita gente, Morena acredita que sucesso é dar
certo fazendo a coisa certa do jeito certo. Por isso, ela é
cliente dos Serviços Van Gogh do Banco Real.
Fale com um de nossos gerentes
e descubra por que o Banco Real é o lugar certo
para você investir no seu sucesso.

*Reinvente.
Vem com a gente.*

No andar térreo

O noticiário econômico dos últimos meses tem sido revelador. Enquanto o coração do sistema financeiro internacional derrete diante das extravagâncias movidas a lucro fácil, alguns países periféricos parecem romper a barreira da pobreza. O Brasil, que já foi chamado de Terceiro Mundo, nação em desenvolvimento, mercado emergente e um dos BRICs, agora entrou para a classe média.

A renda, sem dúvida, aumentou. Há que se louvar os esforços do governo em levar condições mínimas para a população mais carente, mas seriam necessários 18 anos de redução das desigualdades nesse ritmo para que o País atingisse o patamar dos ditos desenvolvidos. O fosso continua aberto, e profundo.

E expõe a ferida da sustentabilidade. É possível o desenvolvimento ser sustentável quando o meio ambiente é alvo de preocupação para os mais ricos, mas a maioria da população vive na pele a degradação ambiental? É factível exigir as melhores práticas quando a massa de pequenas empresas mal consegue sobreviver? É cabível assumir que mais renda significa, automaticamente, mais qualidade de vida?

Assim como os países emergentes que tentam seguir o caminho de seus pares desenvolvidos, a população que integra as chamadas classes C e D almeja o padrão de vida do quinhão privilegiado da sociedade. É certo negar-lhes o direito? Não, e não falta quem queira explorar comercialmente a chamada base da pirâmide. Melhor, porém, é construir alternativas.

É preciso lidar com o fato de que um enorme contingente de empresas e produtores se vêm despreparados para responder às regras e *standards* da sustentabilidade. É urgente atacar os pedágios financeiros, a monopolização do conhecimento e a má gestão, nas esferas pública e privada. É essencial entender como as questões ambientais atingem as populações mais pobres, e forjar políticas de redução da pobreza com governança ambiental.

Quanto mais complexo e interdependente o mundo, é mais difícil vencer, enquanto tantos outros continuam perdendo. É hora de o *jet set* pôr os pés no chão.

Boa leitura

PAGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Biderman

EDITORAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flávia Pardini
REPÓRTER Carolina Derivi

EDIÇÃO DE ARTE Marco Cançado, Dora Dias (Banana Biônica Design)
EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi

ILUSTRAÇÃO Janaina Tokitaka
REVISÃO José Genulino Moura Ribeiro

COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo
RELAÇÕES PÚBLICAS Jaqueline Santiago

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina D'Angelo, Daniela Gomes Pinto, José Eli da Veiga, Ladislau Dowbor

ENSAIO FOTOGRÁFICO Bruno Bernardi

JORNALISTA RESPONSÁVEL Amália Safatle (MTb 22.790)

MARKETING E PUBLICIDADE

SÃO PAULO: Bernardo Leschziner (11) 8926-1415 e Monica Carboni (11) 8104-1632

RIO: Ricardo Luttigardes (21) 2204-2311
BRASÍLIA: Charles Marar Filho (61) 3321-0305

MINAS GERAIS: Alvaro Rocha e Rosina Bernardes (31) 3261-3854
SUL: Leoni Zaveruska (51) 3245-1807

NORTE/NE: Luciano Moura (81) 3466-1308

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Alameda Itu, 513 - CEP 01421-000 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br

ASSINATURAS E REPARTES CORPORATIVOS
(11) 3284-0754 - www.pagina22.com.br
assinaturas@pagina22.com.br

IMPRESSÃO Posigraf
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição

DISTRIBUIÇÃO BANCAS Fernando Chinaglia
CIRCULAÇÃO LM&X

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JORNALISTAS
(11) 3865-3832

NÚMEROS AVULSOS
(11) 3284-0754 ou assinaturas@pagina22.com.br

CONSELHO EDITORIAL
Aron Belinky, Gladis Ribeiro, José Carlos Barbieri, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto Waack, Tarcila Reis Ursini

CONSELHO CONSULTIVO GVCS
Fabio Feldmann, Heloisa Bedicks, Luiz Maia, Paulo Vanca, Ricardo Young, Sergio Esteves, Tamas Makray

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces.

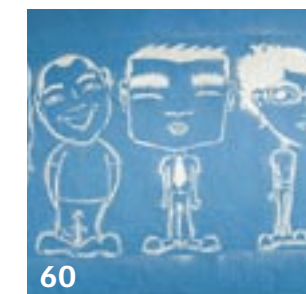
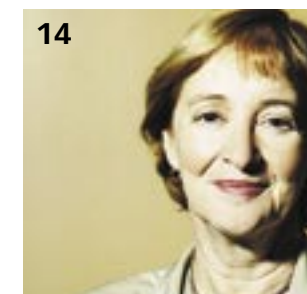
É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 10.000 exemplares

Fontes Mistas
Grupo de produtos gerenciados de florestas
sem manejo e fontes controladas
www.fsc.org Cert no. SA-COC-00284
© 1996 Forest Stewardship Council

A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

CAPA: BRUNO BERNARDI



- 06 Notas
- 30 Reflexão
- 36 Análise
- 38 Retrato
- 54 Artigo
- 64 Coluna
- 66 Última

- 14 Entrevista
A ativista canadense Maude Barlow critica a privatização dos recursos hídricos e a emergência de mercados que tratam a água como *commodity*
- 20 Empresas
O debate sobre sustentabilidade ainda não atinge os pequenos. Justo ela, que tem como um pilar a inclusão social. Mas há alternativas para sair da bolha

- 46 Cidadãos
A base e o topo da pirâmide apresentam mais semelhanças que diferenças quando se trata de despertar para a sustentabilidade
- 60 Crônica
Na Brasilândia, área de ocupação em São Paulo, jovens filtram a informação que vem da cidade dita oficial para inventar seu próprio caminho

[AGRICULTURA E CLIMA I]

O mato que já foi grosso

Nos últimos dez anos, Mato Grosso respondeu por 40% do desmatamento da Amazônia Brasileira e emitiu cerca de 1 bilhão de toneladas de carbono – média anual de 100 milhões de toneladas, equivalente a 10% do total das emissões globais por desmatamento. As informações, citadas por pesquisadores do Instituto Centro de Vida (ICV), por si só justificam uma política para combater as mudanças climáticas no estado responsável por grande parte da produção agropecuária nacional.

No início de setembro, houve, por parte do ICV e do Instituto Socioambiental,

a tentativa de lançar um fórum estadual sobre o tema, em busca de um programa que conjugasse os esforços dos setores mais díspares da sociedade no combate às emissões no estado. Um encontro entre ONGs, grandes e pequenos agricultores, pecuaristas, povos indígenas e cientistas, realizado em Cuiabá, contava com a participação do governador do estado, Blairo Maggi, para apresentar propostas e lançar oficialmente o fórum. Mas, em uma rápida passagem pelo evento, Maggi não sinalizou qualquer plano estadual para esse combate.

O não-comparecimento de 40

representantes da chamada "agricultura intensiva" também prejudicou maiores avanços na discussão de propostas. Ao final, o encontro gerou um protocolo de intenções, firmado entre o governo, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, e as organizações ICV, ISA, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e The Nature Conservancy (TNC). O objetivo do protocolo é criar uma cooperação entre as partes para mitigar as emissões e buscar ações de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas em Mato Grosso. – *por Amália Safatle*

[AGRICULTURA E CLIMA II]

E a mata que vale bilhões

Apontado como valioso mecanismo para o combate ao desmatamento em Mato Grosso, além das práticas de comando e controle, a Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação (Redd) mereceu um estudo dos pesquisadores Laurent Micol e João Andrade, do ICV, e Jan Börner, da Iniciativa Amazônica, sobre sua aplicação no estado.

O ICV é uma das organizações não-governamentais atuantes na região, ao lado do ISA, Greenpeace, TNC, Conservação Internacional, Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Imazon e WWF-Brasil, que criaram o Pacto pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia Brasileira.

Segundo os autores do estudo, as metas propostas pelo Pacto – reduzir em 75% o **desmatamento no estado nos próximos dez anos com relação ao total medido entre 1997 e 2006** – resultariam em uma diminuição na emissão de gases de efeito estufa equivalente a cerca de US\$ 1 bilhão por ano, nos próximos dez anos.

O governador do estado, Blairo Maggi, entretanto, salientou que a aplicação do Redd deve respeitar a diferença entre estados com grande cobertura florestal, como o do Amazonas, onde representa 97% do território, e os de grande atividade



agropecuária, como o de Mato Grosso. "É preciso preservar o direito que o estado tem de ter uma economia forte." Segundo o governador, "Mato Grosso não é a última fronteira agrícola, e, sim, a primeira defesa da Amazônia", pois, ao permitir a produção em suas terras, evita que ela se expanda para a Floresta Amazônica. (AS)

[AGRICULTURA E CLIMA III]

Pesquisas de impacto

O estudo divulgado em agosto pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pela Unicamp – *Aquecimento Global e a Nova Geografia da Produção Agrícola no Brasil* –, que estima as perdas em nove culturas em face das mudanças climáticas, representa só o começo de uma série de pesquisas que prometem mergulhar nesse campo. Em janeiro deve se iniciar um projeto, com duração de quatro anos, destinado a avaliar o impacto sobre 30 espécies, entre grãos (soja, milho, trigo, sorgo, arroz e feijão), frutíferas (pêssego, maçã, pêra, uva, banana, manga e coco), industriais (mamona, algodão, girassol, mandioca e laranja), plantas forrageiras e essências florestais em todos os biomas brasileiros.

Coordenado por Giampaolo Queiroz Pellegrino, pesquisador em mudanças climáticas da Embrapa, o projeto vai se realizar em parceria com 15 instituições científicas. Pellegrino, que participou do estudo publicado há dois meses, pretende descobrir, por exemplo, qual será o efeito da maior concentração de dióxido de carbono e da elevação da temperatura sobre as culturas.

Segundo ele, diante do aumento de pelo menos 2 graus no

[AGRICULTURA E CLIMA IV]

Feliz combinação

Importante alternativa para reduzir a pressão sobre as regiões de vegetação natural, o Sistema Integrado Lavoura-Pecuária (Silp) já é capaz de promover a mesma produção agropecuária em apenas um terço da área usada em modelos convencionais. A informação é de Flávio Jesus Wruck, do Centro Nacional de Pesquisa em Arroz e Feijão, da Embrapa.

O Silp promove o revezamento de culturas como pasto, arroz, soja, milho, sorgo e eucalipto, entre outras, em processos sinérgicos que aumentam a produtividade, oferecem renda para o produtor durante o ano todo, evitam a degradação do solo e podem ser

aplicados tanto em grandes como em pequenas propriedades. Mas ainda é uma técnica pouco difundida em território nacional. "O estado com maior aplicação é o de Goiás, com cerca de 10% dos produtores praticando a integração entre lavoura e pecuária em algum nível", diz.

Entre as razões, Wruck cita o fato de as pesquisas científicas dedicadas à técnica serem relativamente recentes, de apenas dez anos. "Até então era tudo muito empírico." Outro motivo é a falta de pessoal qualificado para difundir o conhecimento. Para ser significativo, é necessária a formação de cerca de 330 multiplicadores em todo o País. E a



planeta, duas formas de adaptação podem ser perseguidas na agricultura brasileira. Uma refere-se a técnicas de manejo, como rotação de culturas, plantio direto e sistemas integrados de produção entre lavoura e pecuária (nota abaixo). Essas práticas possibilitam enfrentar um clima mais adverso que o atual, ao melhorar a condição físico-química do solo, incorporar matéria orgânica e diversificar o sistema produtivo.

Isso torna as culturas mais resistentes ao aumento de temperatura e ao déficit hídrico do que nos plantios tradicionais, baseados na mecanização e adubação intensas, frutos da chamada Revolução Verde. São técnicas minimamente conhecidas e à mão do produtor.

A outra forma exige mais investimento, tempo e é tema controverso: trata-se do melhoramento genético, buscando-se, por meio da transgenia, plantas mais resistentes às mudanças do clima – técnicas que, segundo Pellegrino, levam ao menos dez anos para ser desenvolvidas. (AS)



capacitação de cada técnico leva pelo menos três anos, uma vez que um ciclo produtivo dentro do Silp dura de quatro a cinco anos para ser completado.

Há mais um limitante: o acesso a recursos financeiros, por parte do agricultor, para implantar o sistema. Segundo Wruck, o Banco do Brasil tem linha de financiamento exclusiva para o Silp, com a exigência mínima de que a propriedade mantenha em ordem a Área de Proteção Permanente e a reserva legal. "Em Mato Grosso, por exemplo, o percentual de propriedades que atendem a esses critérios é baixíssimo. Primeiro é preciso resolver a questão fundiária e regularizar as terras." (AS)

[MOBILIDADE]

Menos carro, mais bicicleta

Este é um dos "gritos de guerra" entoados pelos ciclistas organizados em São Paulo durante as atividades do Dia Mundial Sem Carro. A julgar por uma pesquisa Ibope encomendada pelo Movimento Nossa São Paulo, pode estar surtindo efeito.

A pesquisa sobre trânsito e poluição foi realizada pelo segundo ano consecutivo e a rejeição ao uso das *bikes* na cidade, superior a 30% no ano passado, caiu para cerca de 20%. As condições necessárias para adoção desse meio de transporte são ciclovias, segurança para os ciclistas, sinalização e bicicletários, apontaram os entrevistados.

Para quem não vai de *bike*, deixar o carro em casa depende de melhorias no sistema de transporte público nos quesitos conforto, tempo de espera e cobertura dos itinerários, além da redução do preço das passagens.

Para 60% dos entrevistados, a possibilidade de trabalhar e desfrutar de serviços públicos e de lazer próximos de casa teria

grande influência sobre a mobilidade, mas percentual equivalente criticou o poder público por fazer pouco ou nada para a estruturação dos bairros nesse sentido.

A pesquisa, que ouviu 805 paulistanos acima de 16 anos, foi divulgada em 22 de setembro, Dia Mundial Sem Carro, com a presença da maioria dos candidatos a prefeito. O levantamento mostra que o trânsito é visto como o segundo pior problema da cidade de São Paulo, perdendo apenas para a saúde. A poluição vem em quarto lugar.

Confira a pesquisa completa em <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/pesquisas>. – por Ricardo Barretto



[CLIMA]

Brasil é o país mais vulnerável

Em razão do peso da agricultura e da mineração no PIB, o Brasil foi considerado o país com maior vulnerabilidade econômica às variações do clima em um estudo realizado pela WeatherBill, empresa americana de gerenciamento de riscos climáticos. Tailândia e Equador se seguiram ao Brasil em um *ranking* de 68 países.

"A agricultura pode sofrer se há pouca chuva ou temperaturas altas ou baixas demais. A mineração fica suscetível se há muita chuva. Além disso, o tempo no Brasil pode variar drasticamente. A volatilidade das condições do tempo, aliada a quanto da economia é movida por indústrias altamente suscetíveis, tornam a economia brasileira como um todo altamente suscetível ao tempo", disse David Friedberg, presidente da WeatherBill.

Países mais pobres, como o Paquistão, último colocado, apresentam riscos menores devido ao tamanho de suas economias, segundo a WeatherBill. Nações desenvolvidas, por outro lado, costumam ter economias mais diversificadas, o que as tornaria mais resilientes. A Noruega tem a mais alta vulnerabilidade entre os desenvolvidos, aparecendo em quarto lugar.

Para Friedberg, a expectativa de eventos climáticos extremos devido ao aquecimento global, como secas no Nordeste e na Amazônia, pode desencorajar futuros investidores: "Com as condições pouco usuais de tempo tornando-se mais frequentes – o que deixa a produção mais difícil de prever –, há mais risco para quem investe em determinadas indústrias no Brasil". – por Carolina Derivi



principais desafios sociais, econômicos, políticos, ambientais e urbanos da cidade. A expectativa é que pelo menos parte seja absorvida pelo programa do governo eleito. Saiba mais no site <http://www.nossasaopaulo.org.br/>.

Oded Grajew, articulador do Movimento Nossa São Paulo, lembra a importância da co-responsabilidade. "Somos todos, pela ação ou omissão, responsáveis por tudo o que acontece em nossa cidade." Cabe aos eleitores, portanto, pressionar para que as propostas não sejam mais uma forma de retórica. (RB)

[ENTREVISTA]

20 anos da Constituinte

O ambientalista e ex-deputado federal Fabio Feldmann afirma que este é o momento para fazer uma revisão na Carta Magna do País

O senhor foi responsável pelo capítulo de meio ambiente da Constituição Federal, considerado um dos textos mais avançados nesse tema no mundo. Qual a distância entre o texto e a prática, 20 anos depois? O Brasil não conseguiu criar instituições fortes que permitam a implementação da legislação ambiental brasileira de modo geral. A Constituição foi promulgada em 1988 e o Ibama, criado em 1989, meses depois. E o ano passado teve o (Instituto) Chico Mendes, com a cisão do Ibama. Ou seja, passados 20 anos, o Brasil ainda não resolveu um problema, que é o de ter instituições fortes nessa área. Outra questão não resolvida é a federativa. Existe um déficit de articulação entre União, estados e municípios, o que gera conflitos e prejudica o avanço de políticas de sustentabilidade. O governo simplesmente delegou a gestão das florestas para os estados, sabendo que estes não têm capacidade de gestão, o que é irresponsável. A principal responsabilidade da gestão ambiental deve ser da União e cabe a ela, que tem recursos, capacitar os estados e os municípios, e operar uma boa política ambiental. Isso é um problema constitucional.

Que alterações sobre o texto original o senhor defende? O texto de meio ambiente tem um dispositivo que gerou, inclusive, a discussão sobre as células-tronco, ou seja, foi antecipatório. Mas sou a favor de uma Miniconstituinte para rever questões que ficaram ultrapassadas, como o financiamento das atividades ambientais, a questão tributária e o sistema de representação política, que têm muito reflexo na área ambiental. A política de relações internacionais valoriza exageradamente o Itamaraty, quando deveria prever dispositivos de participação na definição das políticas internas. E mudaria coisas que não foram possíveis na época, por exemplo, o Cerrado e a Caatinga não foram considerados Patrimônio Nacional. Tentamos colocar em 1987, 1988, mas a sociedade brasileira não valorizava esses biomas. Não só na área de meio ambiente, o Brasil precisa de coragem para rever uma coisa feita antes da queda do Muro de Berlim, em um mundo onde não nem havia o aparato tecnológico da internet. Este é o momento para fazer uma revisão.

Hoje seria mais fácil ou difícil aprovar o texto da Constituinte? Seria praticamente impossível. Teria muito mais resistência, tanto que os avanços legislativos no Brasil ocorreram naquele período. De lá pra cá teve pouco avanço, como a Lei da Mata Atlântica. Todos os biomas deveriam ter uma legislação regulamentando o texto constitucional no que tange o Patrimônio Nacional, e o único que tem é a Mata Atlântica.

Por que hoje seria praticamente impossível? Porque os conflitos estão mais claros para a sociedade, as forças estão mais organizadas. A bancada amazônica está mais presente que naquela época, a ruralista está associada ao agrusiness. Temos muitas dificuldades, mas quero insistir: seria o momento de refletir sobre os avanços obtidos e aprimorar o texto, pois nos últimos anos tivemos a Rio-92, a Agenda 21, as convenções todas. É todo um outro cenário. (AS)

[ELEIÇÕES]

Ambiente no discurso

O debate e as propostas de candidatos a prefeito e vereador dos municípios brasileiros reservaram este ano espaço inédito para questões ambientais, na avaliação de alguns ambientalistas. "Nós, que nos acostumamos a ouvir que a questão do meio ambiente não é fundamental, temos de ressaltar o fato de todos os candidatos terem incorporado em seus programas a questão ambiental, pela primeira vez em uma eleição à Prefeitura de São Paulo", avalia Sérgio Leitão, diretor de políticas públicas do Greenpeace Brasil.

As entidades da sociedade civil trabalharam para tanto. O Greenpeace, por exemplo, lançou a campanha "Hora de os candidatos municipais assumirem compromissos ambientais", com uma plataforma para que futuros

prefeitos e vereadores de qualquer município abordem problemas ligados a mudanças climáticas, florestas, alimentos transgênicos e oceanos, entre outros. Confira em <http://www.greenpeace.org/brasil/plataforma2008/>.

Na mesma linha, a SOS Mata Atlântica lançou pela terceira eleição consecutiva sua Plataforma Ambiental para as cidades localizadas no domínio da Mata Atlântica. O objetivo é pensar os problemas de modo integrado com o meio ambiente, além de estimular a participação da sociedade na política municipal. Conheça a proposta em <http://www.sosmatatlantica.org.br/mobilizacao>.

Já o Movimento Nossa São Paulo realizou durante o primeiro semestre uma série de encontros, onde foram recolhidas mais de 1.500 contribuições sobre os

[ÁGUA]

Novos reforços

Na esteira da luta de mais de meio século em prol dos direitos humanos e do meio ambiente, **Danielle Mitterrand** decidiu, aos 84 anos, estabelecer bases da Fondation Danielle Mitterrand France Libertés em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro.

A idéia é formar uma equipe permanente para acompanhar de perto os projetos locais da fundação, que também atua na África, Ásia e em outros países da América Latina. Por meio do projeto Mensageiros das Águas, voltado para a educação ambiental, a fundação apóia iniciativas de recuperação de rios e mananciais e de exploração sustentável dos recursos naturais na região da Serra do Espinhaço, que compreende o Parque Nacional da Serra do Cipó, Diamantina e outras cidades históricas mineiras.

No Brasil, o projeto também recebe o apoio de figuras ilustres, como Frei Betto e Milton Nascimento, e conta com a colaboração do governo estadual. O namoro da ex-primeira-dama francesa com Minas Gerais vem de uma amizade de longa data com a família Tancredo Neves. – **por Igor Pessoa**

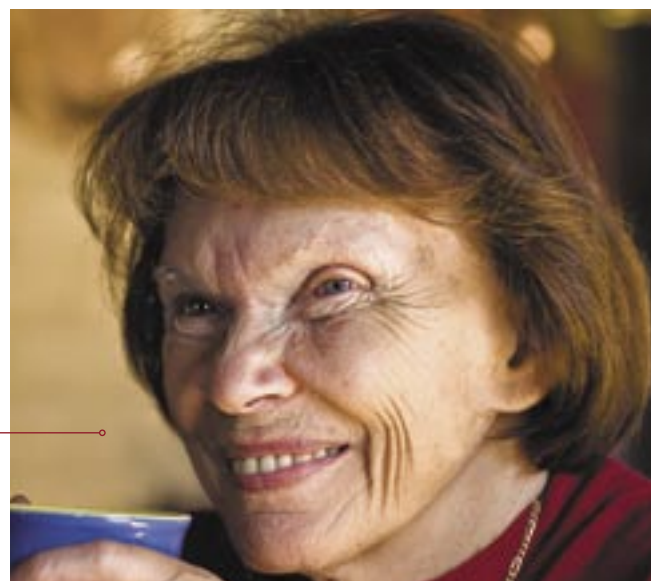


FOTO: IGOR PESSOA

[BANCOS]

Por trás dos investimentos

O Caisse d'Epargne, um dos maiores bancos comerciais da França, prova que é possível promover os negócios e aumentar a transparência e a consciência socioambiental. Em junho, lançou o primeiro programa do mundo de selos de sustentabilidade em produtos financeiros voltados para o investidor individual.

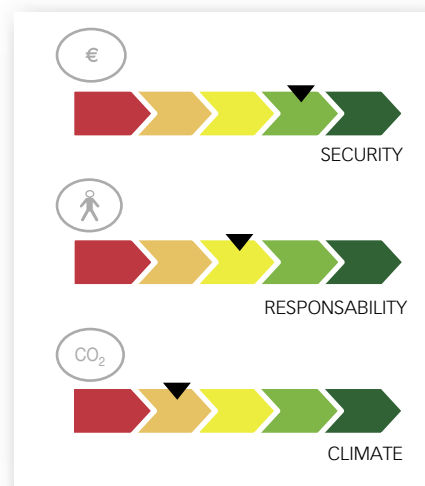
O programa Sustainable Development Labeling of Banking Products mede o risco financeiro, bem como a responsabilidade social e o impacto sobre as mudanças do clima, das atividades ou de empresas que recebem recursos oriundos de fundos de investimento e de poupança. O selo classifica os produtos em cinco categorias para cada um de três tópicos.

No tópico "segurança", a escala vai do risco de perdas do capital investido até aplicações em que o retorno financeiro

é fixo. No tópico "responsabilidade", a classificação considera compromissos contratuais e regulatórios e práticas observáveis, desde o uso de papel reciclado ou certificado até a participação, na carteira de fundos, de setores com acesso restrito ao mercado financeiro. E o tópico "clima" indica o nível de emissão de gases de efeito estufa, levando em conta o saldo total de energia, transporte e uso de materiais despendidos para elaboração e gerenciamento do produto financeiro.

O projeto foi motivado por uma pesquisa realizada entre os clientes do banco, em 2005, em que 42% dos entrevistados se disseram dispostos a investir em "fundos solidários", mesmo que apresentassem menor expectativa de retorno financeiro.

Até o final de 2008, o Caisse d'Epargne



promete expandir o uso do selo para outras famílias de investimentos, como empréstimos, seguros e serviços bancários em geral. **(CD)**

[CINEMA]

Verde semanal

Os paulistanos agora têm local e data fixa para conhecer produções cinematográficas ligadas à temática socioambiental. A partir de 15 de outubro, em todas as quartas-feiras, a Sala Crisântemo, no bairro da Vila Madalena, exibirá um filme, seguido de um debate.

A iniciativa é chamada Cine-Clube Socioambiental e conta com a curadoria da ONG 5 Elementos. A entrada é gratuita.

Antes mesmo de o Cine-Clube começar a funcionar, a Sala Crisântemo exibirá, entre os dias 8 e 10 de outubro, os vencedores das oito categorias do Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA), realizado em junho na Cidade de Goiás (GO).

Para conhecer a programação acesse www.salacrisantemo.com.br. Serviço: Sala Crisântemo – Rua Fidalga, 521 – Vila Madalena – (11) 3829-2287. **(CD)**

[Errata] Devido a um erro de digitação, a palavra "relatório" foi inserida na primeira frase do *Editorial* da edição 23. O texto correto é: "Há menos de meia década, o socioambientalismo ainda lutava para se fazer ouvir e influenciar práticas produtivas e políticas públicas, no tempo em que sustentabilidade era uma palavra pouco usual e menos ainda entendida."

EMPREENHIMENTO IMOBILIÁRIO ECOLÓGICO
a 300 metros da praia, no sul da Bahia
e próximo ao santuário ecológico do
Arquipélago de Abrolhos!
Nova Viçosa - BA

Caminho de Abrolhos

*Faça parte!
Aqui sua
consciência
ecológica tem
endereço!*

Reuso de Recursos Hídricos
Reciclagem de Lixo
Energia Solar
Preservação da Biodiversidade

Empreendimento Imobiliário Ecológico Caminho de Abrolhos
site: www.caminhodeabrolhos.com.br
e-mail: contato@caminhodeabrolhos.com.br
Tel: (0-11) 3376-9800

INCENTIVE SOL

[FLORESTAS]

Velhas senhoras

Uma nova peça no quebra-cabeça das florestas surgiu no meio do caminho entre as negociações sobre clima em Accra, em agosto, e a 14ª Conferência das Partes (COP) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática agendada para dezembro. Um artigo publicado na revista *Nature* em setembro defende que as florestas antigas nas regiões boreais e temperadas do mundo atuam como sumidouros de carbono. A ideia contraria a percepção, datada dos anos 60, de que tais florestas são neutras do ponto de vista de carbono.

A nova pesquisa – realizada por um grupo de cientistas europeus e americanos – buscou subsídio na literatura e em bancos de dados sobre estimativas do fluxo de carbono nas florestas. Concluiu que em florestas de idade entre 15 e 800 anos, a diferença entre a absorção (pela assimilação por fotossíntese) e a perda (pela respiração) de CO₂ é positiva – ou seja, elas absorvem mais do que perdem.

"De fato, as florestas jovens, em vez das antigas, são muitas vezes fontes óbvias de CO₂, porque a criação de novas florestas (*seja naturalmente, seja pela mão do homem*) freqüentemente se segue a distúrbios ao solo e à vegetação anterior", escrevem. Boa parte das florestas boreais e temperadas de crescimento antigo situa-se na América do Norte, na Europa e na Ásia.

As florestas entraram nas negociações internacionais sobre as mudanças climáticas na 13ª COP, realizada em Bali em dezembro de 2007 – para os países tropicais, discute-se um mecanismo para recompensar aqueles que evitem o desmatamento. A nova pesquisa pode aumentar o interesse das nações desenvolvidas nas florestas como parte de sua estratégia para cumprir metas de redução de emissões de CO₂. "Regras de contabilidade de carbono para florestas deveriam dar crédito para manter as florestas antigas intactas", advogam os cientistas. A 14ª COP está prevista para 1º a 12 de dezembro em Poznan, na Polônia. – **por Flavia Pardini**



[MERCADO DE CARBONO]

Gato por lebre

Incertezas regulatórias para o período pós 2012, divergências de registro e transação entre o Esquema Europeu de Comércio de Carbono (EU ETS) e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), entre outros fatores, estão elevando o risco financeiro do mercado de carbono. Incluído nesse cenário está o risco ambiental, já que muitos projetos, por problemas de tecnologia e planejamento, podem não entregar a redução de emissões prometida.

O alerta vem da The Carbon Rating Agency, empresa americana que criou um sistema de *rating* para medir os riscos de projetos de redução de emissões de gases de efeito estufa, tanto do mercado voluntário quanto do MDL. O relatório destaca um dos desdobramentos dos impasses percebidos no mercado. O Unep/Risoe, órgão das Nações Unidas que mantém o maior banco de dados sobre projetos de MDL, diminuiu a expectativa de redução de emissões, até 2013, de 2,5 bilhões para 1,5 bilhão de toneladas de CO₂e.

A empresa usa uma metodologia semelhante ao consagrado *rating* de crédito, com dez categorias, que vão de AAA (mais alta qualidade) a D (deficitário). A avaliação se dá conforme a probabilidade de determinado projeto alcançar a redução de carbono prometida, bem como aspectos de desenvolvimento sustentável na localidade em que se insere. O relatório apresenta um estudo de caso com 25 projetos de MDL em diferentes partes do mundo. Nenhum atingiu a nota máxima.

Mesmo diante dos resultados insatisfatórios, a empresa considera que os mercados de carbono têm condições de atingir seus objetivos ambientais, desde que haja maior transparência sobre riscos e desempenho. "Até 2012, o MDL terá produzido créditos suficientes para compensar o equivalente a três anos de emissões do Reino Unido", diz o relatório. (CD)

A CADA PROJETO,
UM OLHAR SINGULAR PARA
A SUSTENTABILIDADE.

Atuando desde 2002 com questões relativas a Planejamento Estratégico Multi-Stakeholder, a APEL percebeu que precisava se posicionar. Começamos a nos questionar não sobre o papel de uma empresa de consultoria, mas sobre seu sentido para a sociedade. Não tardou para concluirmos que existimos para que as organizações empresariais se tornem melhores, se perenizem. E não há empresa perene em uma sociedade decadente: os custos globais se elevam e a base de consumo reduz. Isso não é sustentável. Igualmente não há empresa perene em um contexto de meio-ambiente em desequilíbrio: os custos globais se elevam e as matérias-primas se tornam escassas. Essas razões foram mais do que suficientes para nos recriarmos nesses últimos 6 anos. Passamos a incorporar a sustentabilidade como nosso sentido de existência e investimos muito no aprendizado, na mudança de nossos modelos mentais e, principalmente, em como tornar esse processo de mais fácil compreensão pelas corporações. Estamos dispostos a trocar nossas experiências com sua empresa para que, juntos, possamos construir estratégias, estruturas e modelos de negócio que busquem o máximo da eficiência econômica, social e ambiental.



Validando ideias, transformando o Brasil.

www.apelconsult.com.br

POR Flavia Pardini

A parte líquida da pegada

A ativista canadense Maude Barlow quer que as pessoas fiquem bravas ao ver uma garrafa de água mineral. Quando isso acontecer, diz, terão adquirido consciência para lidar com a crise que hoje faz da água o elemento mais visível das desigualdades no mundo. Estrela do documentário *Flow* e autora do livro *Blue Covenant – The global water crisis and the coming battle for the right to water*, com lançamento no Brasil previsto para janeiro de 2009, Maude critica a privatização dos recursos hídricos e a emergência de mercados que tratam a água como *commodity*. Ela acredita que, com a dificuldade no acesso à água limpa e potável, o mundo será forçado a declará-la um recurso compartilhado, gerido para proteger o ciclo hidrológico e a vida. O mais importante para que isso aconteça é mudar as práticas de produção de alimentos e, particularmente no Brasil, incluir a água nas discussões sobre os biocombustíveis. Exportar etanol, defende Maude, não significa exportar sustentabilidade.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Seu livro é um alerta sobre a crise global da água. Mas há diferentes problemas e abordagens – na Austrália, por exemplo, a seca se aprofunda e buscam-se soluções, como a dessalinização, enquanto no Brasil parece haver a sensação de que nunca faltará água. O que torna a crise global? Há soluções globais ou apenas abordagens locais? O que faz a crise global é o fato de que ela é importante mesmo em lugares onde ainda tem água, porque há pessoas morrendo e isso vai mudar o cenário político e geopolítico. Lugares como a China, onde ainda tem bastante água, estão abusando terrivelmente e vão descobrir que terão de mudar suas escolhas econômicas, porque vão ficar sem água. O mundo vai mudar por causa da crise da água: haverá refugiados, pessoas que vivem em lugares onde não tem muita água vão se mudar para lugares onde tem mais água. Locais sem muita água vão depender de outros onde há água para produzir comida ou produtos – é o que chamamos de comércio virtual de água. Por exemplo, o Brasil é um grande exportador de água por meio de suas exportações de alimentos e, particularmente, de biocombustíveis, que absorvem uma enorme quantidade de água. A noção de que lugares como o Brasil e o Canadá – meu país – estão longe desse problema não é mais verdadeira. A solução para a crise mundial da água é começar a cuidar novamente, conservar, proteger as fontes, devolver água à natureza, adotar sistemas integrados de gestão e de regulação das bacias hidrográficas.

O Brasil iniciou um projeto de transposição do Rio São Francisco para levar água a partes do Semi-Árido Nordeste, inclusive para fins de irrigação. Quais as consequências de desconectar a água da terra? Essa noção de que se pode tirar a água de onde ela foi posta pela natureza e levá-la para onde queremos, e então usá-la para irrigação, é como brincar de ser Deus. Você está tirando a água de um ecossistema em que ela é necessária para o funcionamento saudável do ciclo hidrológico e a mandando para outro lugar, e, provavelmente, vai acabar destruindo esse recurso. É isso, parece, que não conseguimos entender: o fato de que, ao removermos água dos rios ou aquíferos, ou ao removermos a vegetação que retém a água na paisagem, podemos ficar sem água, podemos destruir ecossistemas inteiros e criar desertos. Quando fazemos isso, mudamos o ciclo hidrológico, reduzimos a quantidade de chuva em uma área. No Brasil, isso vem junto com a destruição da Amazônia, que, está provado, ajuda a diminuir a quantidade de chuva. Combinado com transposição e uso da água para irrigação massiva, o desmatamento afeta o ciclo hidrológico. As pessoas precisam começar a entender que existem consequências ambientais, e, portanto, humanas, desse tipo de comportamento. Eu acho que é um erro terrível para o Brasil fazer isso. Gostaria de dizer ao Brasil que olhasse para outros países que também acharam que tinham recursos ilimitados. É o caso do Mar de Aral, na antiga União Soviética. Na verdade, um lago tão grande que era chamado de mar, que foi usado para irrigar e plantar algodão, e agora está quase morto. Há outras regiões do mundo, e a China é uma delas, onde havia a premissa de que a água nunca acabaria.

Em alguns lugares, a forma usada pelos governos para garantir um fluxo

ambiental mínimo nos rios e aquíferos é comprar água de volta dos agricultores e irrigadores. A senhora é contrária a esse tipo de mercado para a água. Por quê? Sou totalmente contra. Acho que, mesmo para um público empresarial, tornou-se senso comum dizer que a água é diferente de tênis ou carros, e não se pode submetê-la às mesmas regras de mercado, por ela ser insubstituível, finita e essencial à vida. É preciso ver a água de uma maneira diferente, com um conjunto de regras e regulações para conservá-la. A situação na Austrália, na Califórnia, no Texas e em outros lugares onde existe um mercado de água mostra que, em vez de deixar a água nos rios e aquíferos onde ela é necessária para um ciclo

O mercado de água permite que ela seja desconectada da terra, o que afeta o ciclo hidrológico e da vida

hidrológico saudável, permite-se que ela seja desconectada da terra, que seja comercializada, vendida, até mesmo legada em testamento. No caso da Austrália, a água é removida e enviada para as grandes cidades, que, quando acabam de usar, jogam a água no mar, não de volta para a bacia hidrográfica. Quando deixamos que decisões sobre a água sejam tomadas pelo mercado, elas são baseadas no lucro, não em qual o melhor uso humano ou ambiental para a água. Não é sobre como a água pode ser usada pelo ecossistema e, portanto, para o funcionamento saudável do ciclo da vida, mas como ela pode gerar lucro. A última novidade na Austrália é que estão deixando grandes companhias de investimento comercializar os direitos à água, portanto, não só deixam o mercado decidir uma questão de vida ou morte, como deixam o mercado externo decidir. E essas empresas de investimento não se importam com o meio ambiente ou com os australianos, mas em fazer dinheiro – e, se há dinheiro a ser feito com a escassez, então o valor da água sobe.

Qual é a alternativa? É o que muitos lugares fizeram e outros estão começando a fazer, é declarar a água, inclusive a subterrânea, patrimônio comum, um *public trust* que não pertence a ninguém, mas ao povo daquele país ou comunidade. Um exemplo é o estado americano de Vermont, que acaba de aprovar uma lei declarando a água um *public trust* que pertence a todo o povo de Vermont, às futuras gerações e aos ecossistemas. Eles estabeleceram prioridades, dizendo que, em tempos de escassez, a primeira necessidade é dispor de água para beber, a segunda, para produzir alimentos localmente para

que as pessoas possam comer, e, em um distante terceiro lugar, estão os objetivos comerciais, inclusive a produção de alimentos para exportação. Então eu diria que a alternativa é declarar a água como patrimônio do povo, dos ecossistemas que nos dão vida, e das futuras gerações. E instituir um sistema de permissões baseado na disponibilidade de água e em um conjunto de princípios que coloca as comunidades locais em primeiro lugar. Isso terá que acontecer ao redor do mundo, e vai mudar a economia global, vai significar que teremos de parar de pensar em crescimento ilimitado e começar a buscar maneiras mais sustentáveis de viver e, particularmente, de produzir alimentos.

A legislação brasileira também segue esses princípios. Existem outros lugares que possuem o mesmo tipo de legislação? Alguns outros estados da região americana de New England; a província canadense do Québec não aprovou legislação, mas está analisando. A Europa não usa a mesma linguagem, mas aprovou legislação em 2000 para proteger todos os cursos d'água para o povo europeu e implantou a gestão sustentável e integrada das bacias, de forma que, se uma bacia cruza as fronteiras políticas, os países têm que trabalhar juntos para protegê-la. Há países que declararam a água um direito humano, o que também é uma forma de dizer que é um *public trust*. O Uruguai foi o primeiro país do mundo a realizar um referendo nacional – eles aprovaram uma resolução que obrigou uma emenda à Constituição, em que se estabelece que a água é um direito humano, o que é o mesmo do que estabelecer um *public trust*. Na Colômbia, um grupo chamado Ecofondo acaba de reunir os 2 milhões de assinaturas necessárias para chamar um plebiscito. No México também há grupos colhendo assinaturas para um referendo. O que está acontecendo é que estamos começando a ver um tipo de movimento contrário à noção de água como *commodity*, como um bem que visa o lucro, como uma forma de ter mais exportações, e em defesa da água como um elemento comum, um recurso compartilhado, que precisa ser protegido.

No Brasil a água é considerada um bem público dotado de valor econômico, o que permite cobrar pelo seu uso. Como funciona o *public trust*? Há cobrança pela água? Em Vermont era um vale-tudo,

todas as grandes companhias de água engarrafada, por exemplo, vinham, alugavam ou compravam terras, abriam um poço para alcançar o lençol freático e bombeavam. Os grupos locais reclamavam que isso não podia acontecer, mas as companhias mandavam a água para a sedenta Los Angeles, para a Flórida e outros lugares. Então, Vermont e outros estados da Nova Inglaterra começaram a aprovar leis em que se dizia: “Essa água subterrânea é nossa, vocês não podem vir e tirá-la daqui”. Mesmo que a companhia tenha uma permissão, é preciso saber se ela é sustentável, se, ao retirar água, não se destrói o lençol. E é preciso pagar por ela e, em alguns casos, criar empregos locais. A mesma história está acontecendo em outros lugares, como na Índia, onde as empresas estabelecem plantas engarrafadoras e bombeiam a água, porque os políticos locais querem o dinheiro das licenças. Uma pequena comunidade chegou até a Suprema Corte e está forçando as plantas a fechar. Essas lutas estão acontecendo em todos os lugares.

O Brasil exporta água por meio da soja, da carne e de outros produtos, mas as receitas das exportações são importantes e o País, aos poucos, começa a reduzir a pobreza e a combater as desigualdades. O respeito pelas fontes locais de água necessariamente implica menos comércio, ou há instâncias em que o comércio virtual pode ajudar a economizar água e a ajudar a melhorar a vida das pessoas? Essa é a teoria, a idéia de que as partes do mundo que têm água, ou que não precisam de irrigação para produzir alimentos, usem sua água para produzir e exportar alimentos para lugares que não têm água. Claro que isso nem sempre funciona assim, porque não é essa lógica que determina como nos comportamos. Os dois maiores exportadores de água do mundo são os Estados Unidos e a Austrália, e ambos estão ficando sem água. E países da África estão usando seus patéticos recursos... a história que vem à mente é a do belo Lago Naivasha, no Quênia, que está morrendo porque fornece rosas à Europa. Produzir rosas leva muita água e o lago está cercado de grandes corporações que bombeiam água. Se você compra uma rosa no Dia dos Namorados em qualquer lugar da Inglaterra ou da Europa, ela provavelmente veio do Lago Naivasha, e é provável que o lago morra em cinco ou dez anos. Então, a teoria supostamente é que os países ricos em água produzem as safras mais intensivas em água e exportam. Mas na realidade não é sempre assim. Mesmo quando isso ocorre, em países como o Canadá e o Brasil, nós somos superotimistas sobre o quanto nossos recursos vão durar. Pensando em outro recurso, o Canadá tinha tanto bacalhau na Costa Atlântica que diziam que os pescadores há 100 ou 200 anos podiam andar sobre os cardumes, que o oceano era como um lençol de peixes. Agora eles se foram. Essa noção de que os recursos não se acabam simplesmente não é verdadeira.

É uma questão de sustentabilidade, de pensar a longo prazo? O problema é que não estamos usando a água de maneira sustentável, estamos extraindo, e eu uso esse termo de maneira muito deliberada. Estamos extraindo água subterrânea, estamos explorando nossos rios, muitos dos grandes rios do mundo não alcançam mais o oceano. No meu país nós nem mapeamos nossa água subterrânea, nem sabemos o quanto temos e se é sustentável permitir seu uso para exportar gado, para produzir e exportar grãos, que

são intensivos em água, e agora para produzir uma enorme quantidade de biocombustíveis. A província canadense de Alberta fornece aos Estados Unidos muito petróleo pesado, que destrói grandes quantidades de água, porque é preciso extrair esse óleo da areia. Um dos principais pesquisadores de recursos hídricos do mundo, o professor David Schindler, diz que Alberta vai se tornar uma província sem água em 10 a 15 anos se continuarmos a usar desse jeito. E Alberta é um daqueles lugares que tinham água sem fim. Bem, a novidade é que não existe algo como água sem fim, nem no Brasil.

Mas o óleo pesado é um combustível fóssil. No caso do Brasil, os biocombustíveis ajudam a reduzir as emissões de CO₂. Ao mesmo tempo, o Brasil acaba de encontrar grandes reservas de petróleo, poderíamos parar de produzir etanol, proteger a terra e a água e passar a queimar petróleo. É uma equação difícil. É um paradoxo terrível, e eu concordo que é um caso diferente do de Alberta, embora no final a questão seja o dinheiro e, desse ponto de vista, há semelhanças. Porque agora o Brasil está produzindo cana-de-açúcar não só para seu próprio uso de biocombustíveis, mas para exportar. E isso tem a ver com dinheiro, não tem a ver com exportar sustentabilidade. Acho que há um ponto em que o objetivo deixa de ser apenas reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a dependência dos combustíveis fósseis, e o que importa é o dinheiro. E essa é a parte difícil, porque você quer que seu país se torne mais rico, não quer negar qualidade de vida às pessoas.

É aqui que eu digo: é um equilíbrio o que temos de encontrar. E, quando o assunto é água, o que eu percebo é que ninguém está prestando atenção, não se inclui a água na equação quando se busca o equilíbrio. Para mim, os biocombustíveis são o exemplo perfeito de tentar solucionar um problema ao criar outro, porque não queremos ter menos carros e usar o transporte público, não queremos mudar nosso modo de vida. Em vez disso, achamos outra maneira, mas não paramos para pensar se temos como sustentar isso do ponto de vista da água. Cana-de-açúcar, como outros biocombustíveis, absorve enormes quantidades de água. Quando há crítica aos biocombustíveis, fala-se sobre a extensão de terra usada para alimentar carros em vez de pessoas e o efeito que isso tem nos preços dos alimentos em todo o mundo. Poucas pessoas se

perguntam quanta água vai no processo e se temos essa água disponível. O Brasil pode argumentar que, sim, agora temos essa água. Mas eu digo que, nesse ritmo de crescimento dos biocombustíveis, vamos ver prejuízo para os recursos hídricos do Brasil. A Califórnia deu grandes subsídios aos agricultores para produzirem biocombustíveis, e, de acordo com uma estimativa, eles vão precisar de um Rio Colorado inteiro e mais um terço para cumprir as projeções de produção. Bem, eles não têm outro Rio Colorado, na verdade, o rio está em “declínio catastrófico”, o Lago Mead – parte de um sistema de reservatórios que funciona como um seguro para o rio – vai desaparecer em 12 anos. É como a falência da Merrill Lynch e do Lehman Brothers, esses reservatórios também estão falindo, um a um.

Por que é tão difícil incluir água, um recurso vital, na equação? Ainda não temos consciência, ainda pensamos na seca como algo cíclico ou dizemos que a causa é a mudança climática. Eu chamo isso de síndrome da mudança climática. Não vemos que o que estamos fazendo com a água tem impacto no clima, e que o que deveríamos fazer com a água poderia ser parte da resposta à mudança climática. Se você leva água de volta a um lugar árido, esfria a terra, o ar. Tratar melhor a água é uma das respostas ao aquecimento global. Acho que é porque todos aprendemos no primário que há uma quantidade fixa de água na Terra, que circula no ciclo hidrológico e não vai a outro lugar, não acaba, podemos usar quanto quisermos porque ela sempre volta para lagos e rios. Aprendemos esse mito da abundância e nunca desaprendemos. A realidade é que, sim, a água ainda está em algum lugar na Terra, não é que desapareceu, mas não está mais acessível, estamos ficando sem água limpa, potável, no mundo. É isso que as pessoas ainda não entenderam e não sei o que as fará entender, por isso escrevi meu livro e passo meu tempo dando palestras e organizando as pessoas. Quando você tem essa consciência, você vê a água de maneira diferente. Nunca mais olha para uma garrafa d'água da mesma forma, água em uma garrafa plástica me deixa brava. Quero dizer às pessoas: por que bebem essa coisa em uma garrafa feita de combustíveis fósseis e químicos, quando a água que sai da sua torneira é, ou deveria ser, limpa e boa? Por que estamos fazendo isso?

Nem todo mundo tem água limpa na torneira, ou mesmo torneira. Então é também um problema de desigualdade, não é? Sim, e é por isso que sempre falo sobre a crise ecológica e a crise de desigualdade juntas. É preciso colocá-las juntas, porque as pessoas pobres sofrem em todos os lugares, mas os casos extremos acontecem onde não há muita água. Os pobres em lugares com muita água podem estar mais ou menos bem em termos de água, mas aqueles que vivem em lugares onde

não há muita água estão morrendo. Há locais em que o Banco Mundial forçou a entrada de companhias privadas em comunidades pobres e, se você não tem dinheiro para pagar as tarifas que elas estabelecem, não recebe água, é assim, simples. A água está disponível com base no lucro. Não digo que as pessoas não devam pagar pela água, ou pelo serviço, mas, quando uma grande corporação estabelece um preço muito alto, não há alternativa. Uma agência do governo pode estabelecer um preço baixo, de forma que não seja negado a ninguém o direito de suprir as necessidades básicas. Acima de uma necessidade, em caso de desperdício ou de abuso, então paga-se um

preço alto. Há maneiras de usar o mercado, se quisermos usar essa palavra, para ajudar as pessoas e a indústria a conservar, e para cobrar daqueles que têm lucro com a água. Mas não se deve negar água a ninguém no mundo porque as pessoas não podem pagar. Em Sandton, o distrito financeiro de Johannesburg, na África do Sul, há esses lindos hotéis cinco-estrelas, com torres altas e brilhantes, separados de uma favela, onde não há água, por um rio em que há avisos sobre uma infestação de cólera. Eu estive lá para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002. Nos hotéis havia essas garrafas d'água de boutique e, do outro lado do rio, as pessoas não tinham água, engarrafada ou não, e, portanto, tinham que usar a água do rio. A água é o sinal mais visível da desigualdade no nosso mundo. E, à medida que o preço começa a subir, haverá enormes diferenças entre aqueles que têm acesso, porque podem comprar água engarrafada, podem tratar a água, colocá-la em piscinas e irrigar campos de golfe, e aqueles que não têm acesso. Em Detroit, Michigan, há três anos, 42 mil famílias ficaram sem água porque não podiam pagar suas contas de água. Então não acontece só nos países do chamado Terceiro Mundo, vamos ver essas desigualdades em todo o planeta.

Ao mesmo tempo, as empresas têm sido pressionadas a cortar o consumo, tratar os efluentes, pagar por serviços ambientais e obter a licença social para operar. Uma vez que não é tão fácil convencer as pessoas a mudar hábitos de consumo, essas corporações poderiam ser aliadas no movimento em defesa da água? Primeiro, elas deveriam pagar muito mais pela água que usam. Muitas das empresas de água engarrafada, de alimentos e bebidas e as corporações do *agribusiness* têm acesso à água e não pagam por ela, ou pagam um mínimo. Eu vi, em Melbourne, na Austrália, uma planta que pagava coisa de 200 dólares pela água. Em segundo lugar, elas deveriam usar com base em um sistema de permissão, em conformidade com a sustentabilidade do recurso. Lugares como a Califórnia, que permitem uso massivo por companhias de *agribusiness* que exportam água, vão ter que controlar a situação, ou se arriscar a ficar sem água. É melhor estar à frente desse processo do que atrás, é melhor poder planejar. Basicamente é preciso assegurar que haja água suficiente para a saúde ecológica. Depois vemos quanta água sobra e dividimos segundo um conjunto de princípios. É a única maneira de gerir a água, e isso provavelmente significa cortar o acesso ao uso pesado desse recurso natural pelos grandes usuários industriais. O grande culpado pela destruição da água no mundo são nossas práticas agrícolas, nossa agricultura industrial, a pecuária intensiva, o uso de químicos, nitratos, fertilizantes. O maior problema é a produção insustentável de alimentos, a exemplo da Revolução Verde, que destruiu enormes quantidades de água. A coisa mais importante que podemos fazer é mudar para práticas mais sustentáveis de produção de alimentos. Se as empresas querem trabalhar conosco para fazer isso acontecer, maravilha. Se as empresas resistirem a isso, então haverá confronto, porque no final os governos vão ter que cuidar de suas populações, é o trabalho deles, e não tornar essas corporações ainda mais ricas.

Mas em geral é isso o que fazem. Sim, é o que está acontecendo nos EUA, com a ajuda a essas grandes corporações financeiras – agora o governo,

talvez, não tenha escolha. O problema é que, com a desregulamentação, cria-se uma situação em que quase certamente haverá conflito com as comunidades, que precisam de água. Sim, nós convidamos as empresas a trabalhar conosco, mas não aposto muito nisso porque o que tenho visto, mais com as grandes empresas do que com as pequenas, é que elas só querem saber de se apropriar, e depois fogem quando a água acaba.

O mais importante é mudar a forma de produzir alimentos. Se as empresas resistirem, haverá confronto



Por que é diferente com as pequenas empresas? Há algumas boas pessoas na comunidade empresarial que reconhecem a necessidade de práticas corporativas sustentáveis, e queremos que trabalhem conosco, não quero dizer que todas as empresas são más. A questão é se vão

trabalhar para encontrar soluções conosco, com a população, ou se vão resistir e ser forçadas, no fim, ou porque acabou a água ou porque os políticos caíram em si e perceberam que têm de cuidar do povo.

E a outra ponta da equação? Há esforços sendo feitos para tornar transparente ao consumidor quanta água é usada na elaboração de diferentes produtos? Diante da falta de informação, como deve agir o consumidor? O conceito de pegada da água está sendo desenvolvido, assim como foi desenvolvida a noção de pegada ecológica. Já está disponível para os EUA (www.foodandwaterwatch.org), e pode facilmente ser transferido e traduzido para outros lugares. Mostra quais são os usos da água, sabemos quanta água se gasta para pôr um bife no prato. Então, as pessoas poderiam comer um pouco menos de carne. Sabemos quanta água vai em outros produtos, carros, computadores – os chips de computadores levam muita água. Estamos desenvolvendo essa noção da pegada da água para que as pessoas comecem a pensar que ela está embutida em nosso estilo de vida e em como mudá-lo. E estamos tentando desenvolver a consciência em torno do comportamento individual – o quanto longo é o seu banho, se realmente precisa ter um gramado ou pode substituí-lo por alguma outra coisa que não precise de tanta água. Temos que mudar a noção de que, só porque você pode comprar água, pode usar o quanto quiser. É um processo difícil, um trabalho enorme, mas, se não compreendermos isso coletivamente e entendermos que não há lugar para se esconder de uma crise como essa, que é uma crise muito mais grave do que a de energia, então seremos responsáveis também coletivamente.



POR Amália Safatle FOTOS Bruno Bernardi

Para fora da bolha

O debate sobre sustentabilidade ainda está encapsulado em um grupo de formadores de opinião e tomadores de decisão. Justo ela, que tem como um dos pilares a inclusão social. Mas alternativas mostram como é possível disseminá-la e permitir que atinja seus propósitos

Ao fim de três dias de apresentações sobre modelagens climáticas, mercado de carbono e técnicas agrícolas em um seminário a respeito de aquecimento global e agricultura em Mato Grosso, o cacique Paulo Cipassé Xavante levantou-se e perguntou: “O que é carbono? Fumaça? Poeira? Essa conversa está atrasada.” Cipassé reclamou da informação que tardiamente lhe chegava aos ouvidos, e de forma cifrada, por mais que se esforçassem no didatismo os palestrantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, entre várias instituições presentes. De certa forma, o cacique deu voz a outros participantes, como pequenos agricultores, que viam as palestras em PowerPoint, mas delas pouco podiam

deprender informações que tanto dizem respeito à própria realidade.

O objetivo do encontro era reunir diversas alas da sociedade – indígenas, pequenos e grandes agricultores e pecuaristas, representantes de ONGs, do governo e de institutos de pesquisa – para abrir um fórum de discussão sobre políticas climáticas em um dos estados que mais vive o dilema da expansão agrícola sobre florestas e responde por 10% das emissões globais de CO₂ por desmatamento. O fórum não chegou a ser lançado (*leia nota à página 6*), mas o encontro serviu para explicitar, em pequena amostra, o fosso que separa uma elite bem informada, formadora de opinião e tomadora de decisão da grande massa populacional pontilhada por pequenos produtores, povos tradicionais e indígenas, gente comum.

Entre o barro do chão e os andares de cima da pirâmide habitados por grandes empresários, acadêmicos, cientistas, governantes e famílias abastadas, um largo espectro de brasileiros – seja na condição de cidadãos (*reportagem à pág. 46*), seja na de empreendedores – vive à margem das discussões e práticas que se fazem no País sobre sustentabilidade. Esse debate está ainda encapsulado em um grupo de pensadores, que coincide com a nata econômica e política nacional. Justo a sustentabilidade, que tem como um dos pilares a inclusão social.

Como romper esse contraditório em um país de contradições sociais, onde a estrutura desigual impede que a mensagem sobre sustentabilidade e a adoção de práticas se capilarizem? Uma espiada para fora do “penthouse” e se verá uma grande quantidade de empreendimentos ainda às voltas com a sobrevivência mais básica, a informalidade, as práticas contábeis e trabalhistas pouco católicas e até emprego de trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Uma espiada no Brasil real, e se verão práticas contábeis e trabalhistas pouco lícitas, e escravidão



No trivial ato de despachar um documento, quantos atentam para o fato de que, das 2 mil firmas de motoboy na Grande São Paulo, 80% são clandestinas?



Down o high society

Os dados divulgados pelo IBGE na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) indica pequenas melhoras na distribuição de renda – o índice de Gini baixou de 0,541 para 0,528 (quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade) – e na economia formal – a parcela de trabalhadores com carteira assinada passou para 35,7%, a maior desde 1992. Enquanto isso, 500 mil empresas foram formalizadas em um ano no Super Simples, sistema tributário simplificado e menos oneroso, voltado para as micros e pequenas empresas.

Mas o Brasil ainda condena 40 milhões de cidadãos a viver fora da lei, nas palavras do economista Eduardo Giannetti da Fonseca, em consequência de uma legislação trabalhista anacrônica, excludente, complexa, e que impõe elevados encargos. Campeão em ações trabalhistas, com 2,3 milhões por ano, o Brasil abriga uma economia subterrânea em que as empresas encontram pouco acesso a crédito, não conseguem entrar no mercado de capitais e têm um nível de produtividade muito baixo, aquém de seu potencial – contribuindo, assim, com apenas 20% do PIB, embora respondam por nada menos que 98% do total de estabelecimentos (*artigo à pág. 54*). Segundo o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), 57% das firmas paulistas solicitam financiamento nas instituições financeiras, mas só 22% o obtêm, pois os bancos alegam falta de garantias.

Diante disso, o que pode significar sustentabilidade para a imensa maioria das micros e pequenas empresas? A princípio, sobreviver. Entretanto, morrem à taxa de 29% já no primeiro ano de vida. E são elas que constituem as bases, os pés (de barro?) que sustentam os andares superiores da economia. Olhar para baixo, portanto, é também um gesto de sobrevivência para quem está em cima.

Começar do começo

Carlo Paccagnella é contador, formado

em Administração de Empresas e Ciências Contábeis, e faz um desabafo. Sabe que é bem preparado, mas sente-se “completamente impotente para mudar o estado das coisas”. Ele se refere a práticas contábeis generalizadas, às quais as micros e pequenas empresas recorrem para buscar a sobrevivência; e as médias e grandes contratam sob o nome de “planejamento tributário”, para ficar à frente da concorrência. Trocando em miúdos, significa fazer uma ginástica por meio de caminhos legais, a fim de pagar menos impostos. “Eu vendo isso como consultoria e este é um dos serviços mais requisitados”, diz.

Ainda que a informalidade seja mais difundida entre as micros e pequenas empresas, Paccagnella afirma, com base em seu trabalho diário, que médias e grandes comumente recorrem ao caixa 2, ao registro de funcionário por valor menor que o pago e nem sempre exigem nota fiscal, enquanto os balanços são facilmente maquiados.

Por mais que uma empresa se diga rigorosamente idônea e até mesmo “sustentável”, ela contrata serviços de outras pelas quais não sabe responder. Por exemplo, segundo o Sindicato das Empresas de Transportes de Carga de São Paulo e Região, 1,3 motociclista morre por dia em acidente de trânsito. Praticamente todas as empresas contratam serviços de *motoboys*, mas quantas atentam para o fato de que, das 2 mil firmas de entrega rápida na Grande São Paulo, 80% são clandestinas?

Nessa discussão sobre a cadeia de fornecedores, ao longo da qual se puxam os fios até chegar no consumidor, mais um tema espinhoso vem à tona: o uso de pessoas em condições degradantes ou

análogas à escravidão em diversos setores produtivos no Brasil. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, no documento Trabalho Escravo no Século XXI, bate nos 34.538 o número de trabalhadores envolvidos em denúncias entre 1996 e 2005. Como a atividade é clandestina, esses dados devem representar apenas a ponta do problema.

O surpreendente é que, como mostraram as ações fiscais, quem escraviza no Brasil não são proprietários desinformados em fazendas atrasadas e arcaicas, e sim latifundiários, muitos produzindo com alta tecnologia para os mercados interno e externo. “Não raro, são identificados campos de pouso de aviões nas fazendas”, informa o documento.

“Ao contrário do que se pensa, essa realidade não é resquício de um sistema anacrônico abolido em 1888”, afirma Leonardo Sakamoto, jornalista, cientista político e coordenador da ONG Repórter Brasil. “Na verdade, continua na natureza do capitalismo, para muitos produtores, como um instrumento para obtenção de lucro em área de expansão da produção agropecuária ou na modernização das fazendas.”

Quem paga o pacto

Ao lado da Organização Internacional do Trabalho e do Instituto Ethos, a Repórter Brasil lançou um sistema de busca pelo qual as empresas que assinaram o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo podem consultar se determinado fornecedor consta da chamada lista suja do governo federal, criada em 2003 com base no Cadastro de Empregadores (www.reporterbrasil.com.br/listasuja/). De acordo com as duas últimas relações de nomes, o principal ramo de atividade das

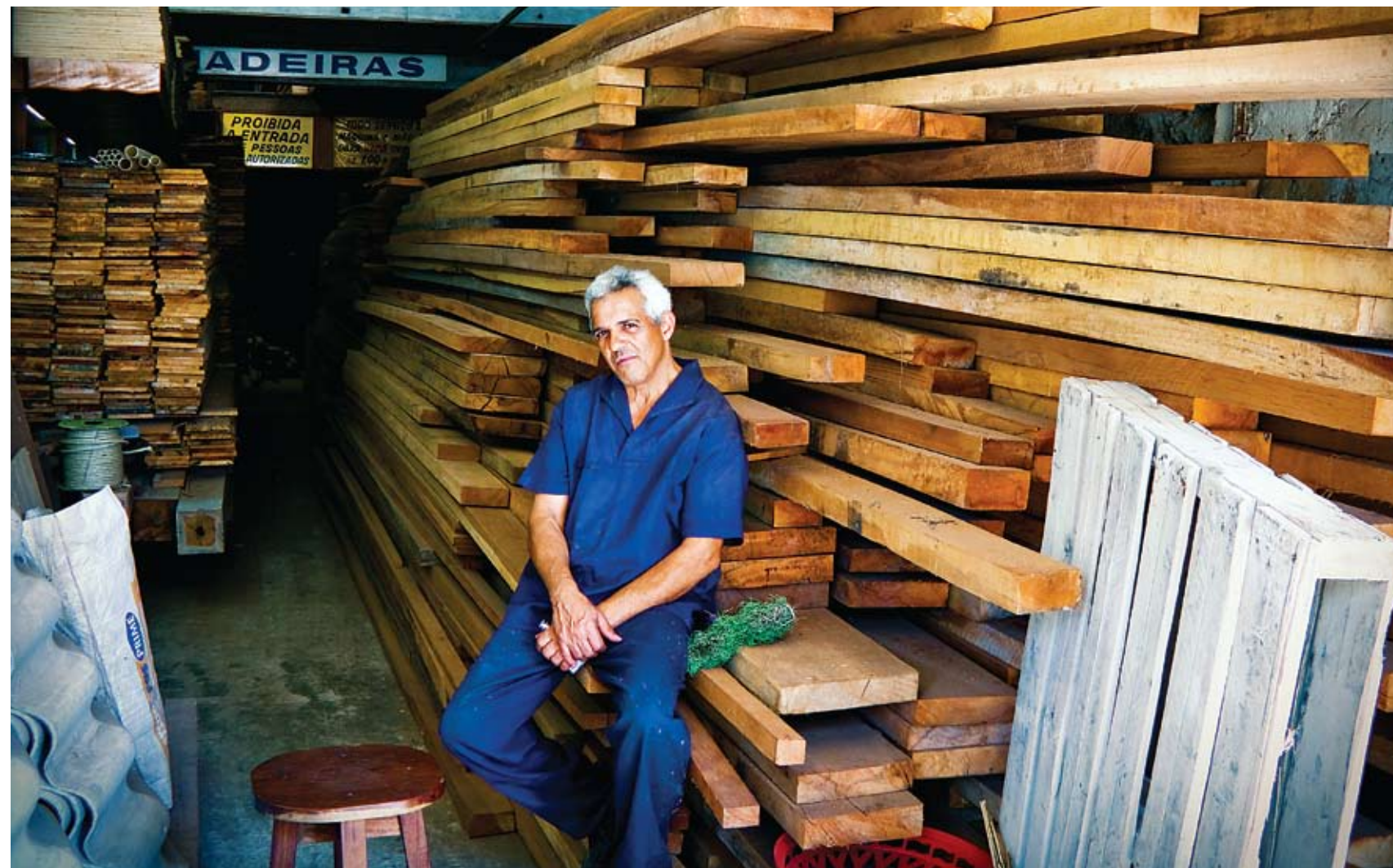
Boa parte do dinheiro que circula no País é “sujo” em determinado momento, segundo a ONG Repórter Brasil

A certificação da cadeia de custódia é uma forma de valorizar a produção sustentável desde a origem, mas o sistema também contém contradições

fazendas envolvidas em trabalho escravo é o da pecuária, bem na frente, com 80%, seguida pelos do algodão, da soja, cana-de-açúcar, pimenta do reino e do café, entre outros.

“Nossa conclusão é de que boa parte do dinheiro que circula no País é ‘sujo’ em determinado momento, pois usou trabalho degradante – na maioria das vezes empregado no desmatamento e na formação de pastagens –, ou passou por empresas que expulsam índios e ribeirinhos, ou poluem o meio ambiente, ou alagam florestas”, diz. Isso chega ao consumidor na forma de comida no prato, da roupa que usa, da energia elétrica que consome, do álcool com o qual abastece o carro.

Sakamoto, entretanto, vê nos últimos



anos avanços em alguns elos das cadeias produtivas, por parte de empresas como Coteminas, Vicunha, BR Distribuidora, Vale do Rio Doce, Wal-Mart, Carrefour e Companhia Brasileira de Distribuição. “O Pão de Açúcar, por exemplo, quer obter informações da horta de onde veio o alimento, e do seringal de onde se extraiu a borracha da roda do carrinho de neném que eles vendem. Por outro lado, empresas como Hering, Teka, C&A e Renner não assinaram o Pacto – apenas a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit).”

Procuradas pela reportagem, Hering, Teka e Renner não responderam até a data de fechamento. Questionada por que não assinou o Pacto, a C&A, por meio de sua assessoria de imprensa, afirma que

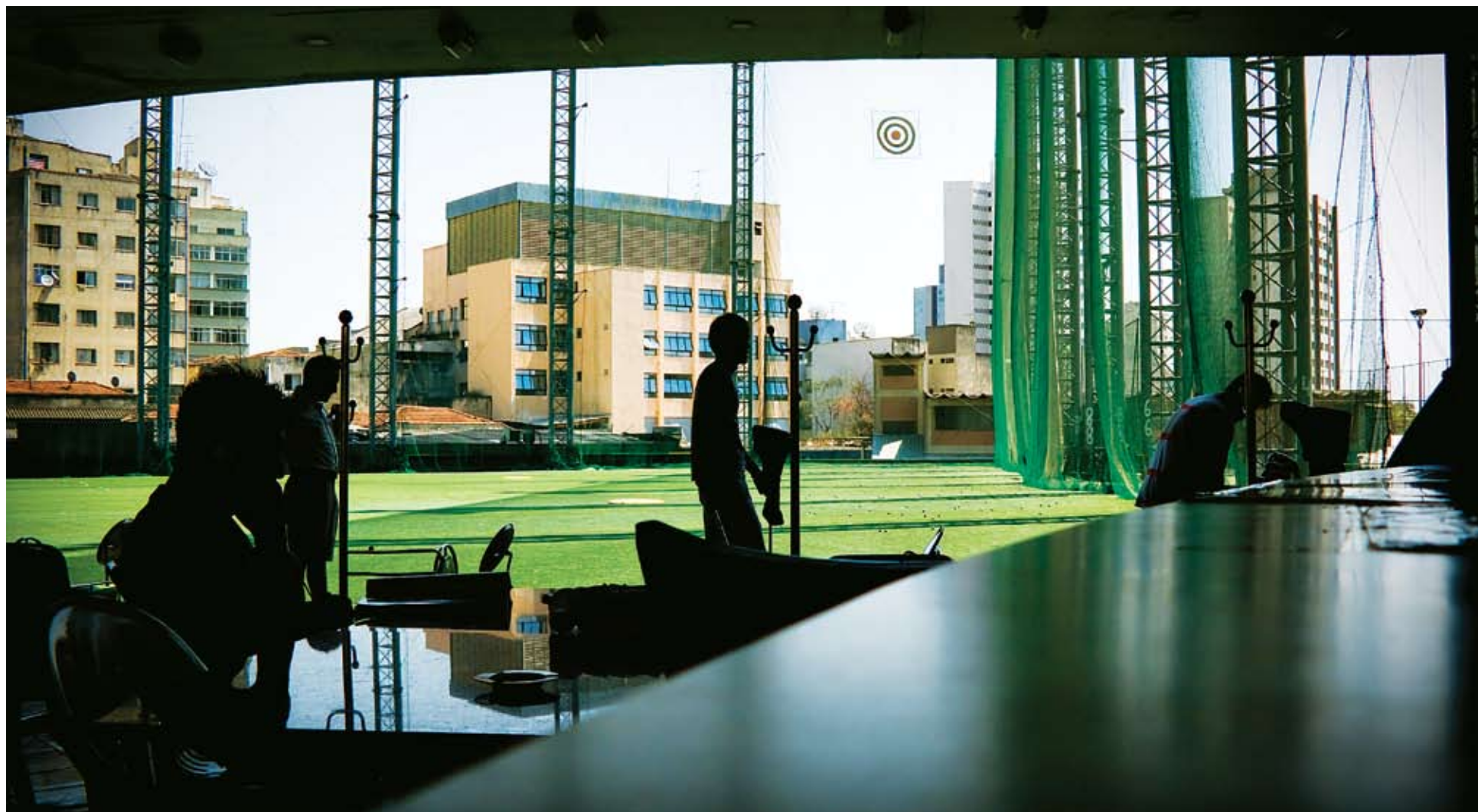
foi “pioneira no setor de varejo de moda no Brasil ao criar em 2006 uma empresa autônoma para acompanhar, monitorar e auditar fornecedores e subcontratados, de modo a prevenir qualquer forma de trabalho irregular e verificar condições relativas a saúde e segurança”.

Em 2006, o Ministério Público do Trabalho havia alertado 80 fornecedores da C&A sobre a possibilidade de terem comprado roupas de confecções que exploram ilegalmente mão-de-obra boliviana na capital paulista.

Para aumentar o cerco sobre os produtores e empresas e estimulá-los a adotar práticas sustentáveis, duas ações podem surtir efeito: a certificação da cadeia de custódia segundo critérios socioambien-

tais e o envolvimento do setor financeiro no tocante à concessão de crédito. Quem está na lista suja já não recebe financiamento de banco público, mas falta engajar também os bancos privados nessa direção. “Isso é análise de risco para as instituições”, diz Sakamoto.

Se, de um lado, os bancos podem coibir essas atividades ao cortar financiamentos, de outro podem estimular a regularização das práticas por meio de linhas de crédito socioambiental, em especial para as pequenas e médias empresas que têm menos fôlego financeiro. Segundo Gustavo Pimentel, gerente do programa Eco-Finanças da ONG Amigos da Terra, o volume destinado pelos bancos brasileiros nessa linha é, em geral, relativamente baixo. O



relatório de sustentabilidade de um deles chamou sua atenção: o Bradesco salientou que o volume de empréstimos sob critérios socioambientais tinha subido 10% em 2007 em relação a 2006. O detalhe é que o volume total de crédito concedido pela instituição cresceu 35% no mesmo período, ou seja, o de caráter socioambiental até perdeu participação.

Acionista ativista

Quando o comitê de mercado de capitais do Fórum Latino-Americano sobre Finanças Sustentáveis (Lasff) – iniciativa do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV e da International Finance Corporation para promover práticas sustentáveis no setor financeiro – começou a discutir

o papel do investidor como um agente capaz de pressionar por melhores práticas produtivas do controlador, era preciso escolher um mote sobre o qual estimular a noção de ativismo. E o tema do trabalho escravo caiu como uma luva, conta Pimentel, que atua como facilitador do comitê. Isso porque a respeito do assunto não há controvérsias – ninguém o defende publicamente –, e existe um *enforcement* para combatê-lo que já está institucionalizado, com a atuação da Repórter Brasil, do Ethos, da OIT e a adesão de empresas ao Pacto. “Agora, faltam os investidores”, diz. Dentro de um a dois meses, o Lasff deverá enviar às empresas uma carta que cobra providências com relação ao trabalho escravo em suas cadeias produtivas.

Quanto à certificação – o outro instrumento apontado para a busca de práticas sustentáveis –, Pimentel informa que já entraram em audiência pública os princípios e critérios da Iniciativa Brasileira para Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária (www.iniciativabrasileira.com.br). “Nossa idéia é que se torne um FSC do setor agropecuário”, diz, em referência ao Forest Stewardship Council, conselho *multistakeholder* voltado para a certificação no setor florestal.

Enquanto uns almejam ser o FSC, o próprio órgão se vê às voltas com um dilema. Quando criado, o objetivo era ter atuação forte nos trópicos, onde se encontram florestas com grande biodiversidade, altamente ameaçadas pela exploração in-

Ao contrário do que ocorre no “andar de cima”, regras e standards não fazem parte do jogo nas bases da pirâmide

sustentável e que abrigam parcelas socialmente vulneráveis da população mundial. Mas, passados mais de 15 anos, pode-se dizer que a meta de inclusão social não foi alcançada. “Falhamos na equidade Norte-Sul”, afirma Roberto Waack, presidente do Conselho Internacional do FSC. O percentual de florestas tropicais certificadas no mundo é de 12,7%, enquanto o de temperadas é 37,2% e o de boreais, 50,1%. E apenas 4% das propriedades certificadas pertencem a populações tradicionais.

Waack reconhece que, em vez de incluído, a iniciativa tende à exclusão. “Há um contraditório no sistema, pois ao mes-

mo tempo que a certificação pede regras e *standards*, isso não faz parte do universo dos pequenos e médios produtores, que atuam no informal, no pouco previsível”, explica. Ele questiona se regras devem ser menos exigentes para esse grupo e se é verdadeira a premissa de que um produtor menor causa menos impacto, dado que muitos pequenos produtores “fazendo malfeito” somam um grande impacto. Mesmo assim, o FSC adota um sistema de regras diferenciado, chamado Manejo em Pequena Escala e Baixa Densidade (Slimf, na sigla em inglês).

Em busca de alternativas, o FSC pensa em criar modelos com ênfase na educação para incluir os pequenos produtores e beber na fonte do FairTrade, ou Comércio Justo, sistema de certificação que olha com menos rigidez os aspectos ambientais, reconhece as idiosincrasias dos pequenos e valoriza, acima de tudo, suas características culturais. Dentro das metas estratégicas para o FSC nos próximos cinco anos estão elevar de 4% para 15% as áreas certificadas de populações tradicionais e em dois anos criar um modelo conjunto com o FairTrade.

Por isso, Waack questiona também o quanto a exigência de formalidade é realmente benéfica. “Quem falou que informalidade é necessariamente ruim? Por que a sindicalização deve ser obrigatória? Isso também cria uma elite de trabalhadores que é excluído. Mais importante que contrato é *relacionamento*. Essa pode ser a saída que estamos buscando”, diz.

Novas alianças

“De fato, o objetivo do FairTrade, desde sua criação, foi a inclusão dos pequenos produtores, para que possam acessar um mercado que valoriza justamente a

‘qualidade’ de ser pequeno”, diz Verônica Rubio, sócia-fundadora do Instituto FairTrade. O sistema, por exemplo, concede o selo a um produtor sem exigir o título de propriedade da terra. Mas Verônica pondera que, sozinhos, os produtores não

conseguiriam atender às condições de qualidade e volume demandadas pelo mercado. Por isso, o FairTrade exige que montem cooperativas e associações, por mais que essa forma de organização não seja o forte

no Brasil – em especial na Região Norte, onde é preciso vencer distâncias e superar dificuldades de transporte entre populações dispersas.

Mas André Urani, diretor-executivo do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), acredita que esse seja um dos principais caminhos para que micros e pequenos empreendedores consigam adotar práticas sustentáveis, como alguns lugares na Itália, onde os fabricantes de fundo de quintal de sapatos vendidos em Nova York conseguem, juntos, bancar os custos do tratamento de efluentes. Para ele, o associativismo aos poucos ganha espaço no Brasil. “Há uma multiplicação de arranjos produtivos locais pelo Sebrae, e no Rio de Janeiro, por exemplo, têm surgido dezenas de pólos comerciais, gastronômicos e até de segurança, do qual o comércio local contrata serviços.”

Para o especialista, toda a discussão sobre a base da pirâmide está mal colocada no País, pois enfatiza o consumo de bens duráveis pelas classes de menor renda, quando deveria tratar de vender a elas serviços como crédito, capacitação e assistência técnica. “A maioria dos nossos pobres está nessa condição, porque trabalha em empresas incapazes de remunerá-la adequadamente, pelo fato de que não têm

Mais do que contratos e formalidade, relacionamento seria a chave para inclusão dos pequenos



acesso a esses serviços”, afirma.

Algumas experiências para transferência de conhecimento sobre práticas sustentáveis se dão por meio de grandes companhias, que buscam envol-

ver pequenos e médios fornecedores. É o caso do Programa Vínculos, criado em 2004 por iniciativa da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), focado na Região Nordeste. E também do Programa Tear, que há três anos atua na cadeia de valor de companhias consideradas estratégicas nos setores de açúcar e álcool, construção civil, energia elétrica, mineração, petróleo e gás, siderurgia e varejo, e resulta de parceria entre o Instituto Ethos e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Outra iniciativa é um programa das Nações Unidas chamado Growing Inclusive Markets, para o qual a equipe de Claudio Boechat, professor da Fundação Dom Cabral, foi responsável por indicar companhias brasileiras – Natura, Sadia e Votorantim Celulose e Papel – entre 50 casos de empresas com políticas de inclusão dos pequenos *players* em todo o mundo.

Nesses exemplos, a busca pela sustenta-

A discussão sobre a base da pirâmide devia enfatizar serviços de capacitação e crédito, e não consumo de bens

bilidade não emerge da base, mas vem de cima para baixo. “Entendo que, no início desse processo, é o grande mesmo que puxa o pequeno, por questões de custo e de acesso à informação, que em geral

nasce na academia, contamina o grande empresário e depois se dissemina pela cadeia”, diz Leonardo Gloor, gerente-geral da Fundação ArcelorMittal no Brasil – a Arcelor é uma das “empresas-âncoras” do Tear. “Sem programa ou ação estruturada, dificilmente as pequenas e médias empresas vão conseguir um desenvolvimento sustentável”, diz Fausto Cassemiro, coordenador de projetos locais do Vínculos.

Menores frascos

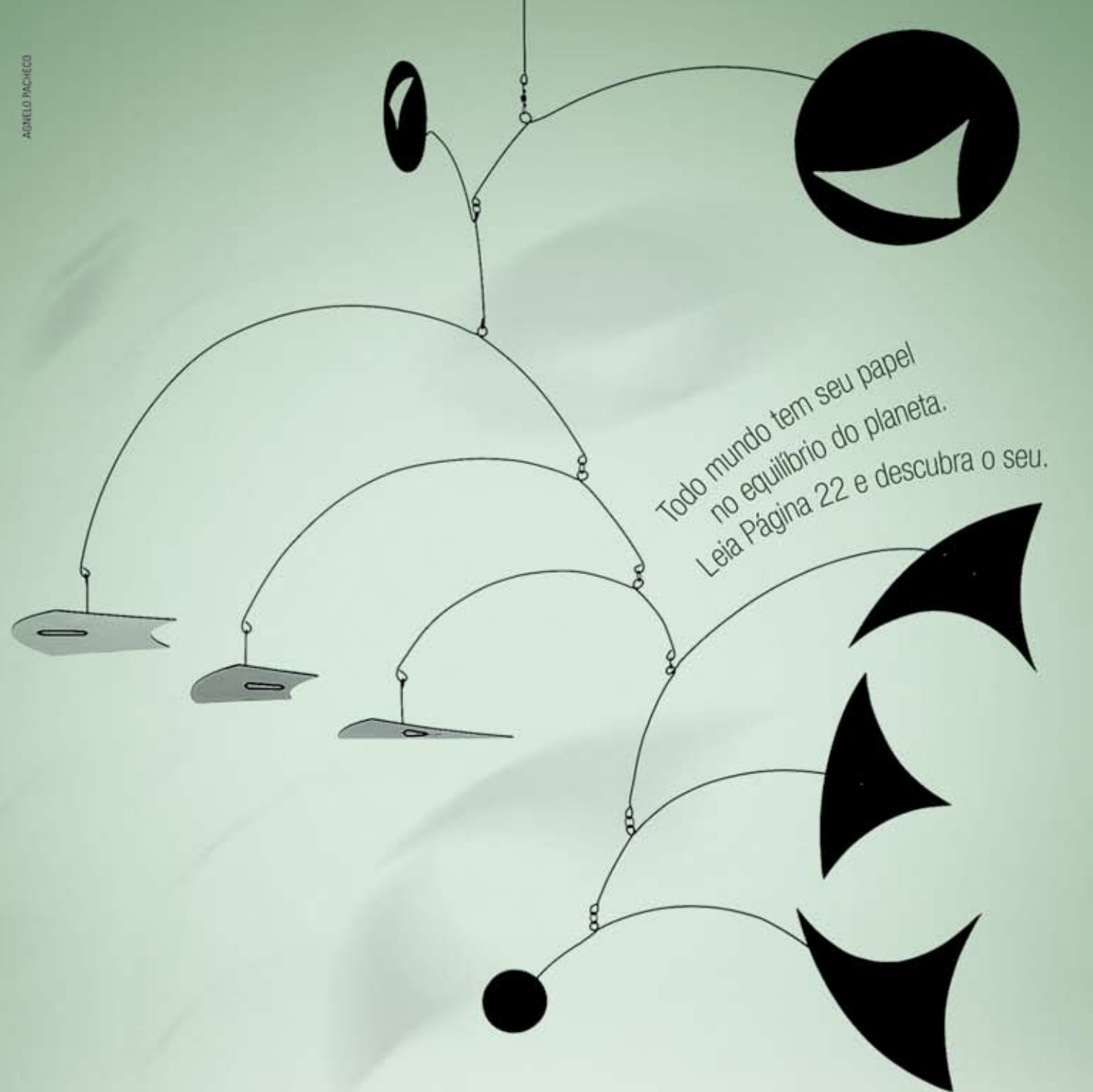
Nem sempre é mais difícil implantar uma gestão sustentável nas pequenas e médias empresas, explica Carla Stoicov Oliveira, coordenadora do Tear. Elas têm uma estrutura mais enxuta e menos burocrática e, a partir do momento em que a direção está convencida da importância do tema, ele vira facilmente prioridade. Sem departamentos de responsabilidade socioambiental, necessidade de aprovar decisões em conselhos ou mobilizar mi-

Em muitos casos, informação sobre sustentabilidade não emerge do chão, mas vem de cima para baixo

lhares de funcionários, a prática é encarada de forma direta.

Foi o que aconteceu nas empresas SeaSide, de Vitória (ES), e Voal Transportes, de Piracicaba (SP), ambas prestadoras de serviços para a Arcelor. Ana Paula Zocca, gerente-administrativa da Voal, conta como resolveu o problema com os motoristas de caminhões, responsáveis pelo transporte de sucata e vergalhão. Com a implantação de um código de ética e de regulamentos, e a definição de missão e valores, a empresa estabeleceu um novo canal de relacionamento com os funcionários – que antes mantinham sentimento de desconfiança com a direção quanto ao pagamento de salários e horas extras, adulteravam dados de consumo sobre combustível e vendiam a diferença entre o volume comprado e o consumido. “Fizemos treinamentos, prestamos serviço psicológico aos motoristas, que em geral têm muitos problemas familiares, e oferecemos benefícios”, diz Ana Paula. A rotatividade, em pouco tempo, passou de 60% para 30% e os gastos com diesel caíram significativamente. Mas, no começo, não foi fácil: líderes dos motoristas rejeitaram as mudanças e vários foram demitidos.

Na SeaSide, que faz o lonamento de vagão (cobertura com lona) para transporte de carvão, o plástico era todo deixado com o cliente, para ser jogado fora. Mas, quando a empresa passou a ser responsável pelo lixo que gerava, o que aparentemente representaria um custo a mais, acabou sendo positivo. “Ao trazer de volta as lonas, a empresa não só obteve renda com a venda do material reutilizado, como evitou a demissão de oito funcionários pais de família, que foram realocados para esse serviço”, conta Wanda Wanderley de Lima Costa, sócia e gerente-administrativa. “As pequenas empresas pecam em achar que o investimento em ações sustentáveis é alto e obrigação só das grandes. Não é, não.” Mas, para que percebam isso, a informação precisa chegar até elas. P22



LEIA A REVISTA PÁGINA 22 E AJUDE A CONSTRUIR UM MUNDO EM EQUILÍBRIO.

Assine PÁGINA 22, publicação vinculada ao Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-EAESP, que é referência no tema. Com um jornalismo ágil e provocador, PÁGINA 22 traz, mensalmente, temas como consumo e produção responsável, mudanças climáticas, políticas públicas, finanças sustentáveis e muito mais. Leia e participe do maior debate deste século.

Assinaturas: www.pagina22.com.br

REVISTA



INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO.

Por trás de uma curva

A sustentabilidade desmonta a velha noção de que é preciso primeiro enriquecer para depois cuidar do meio ambiente

Há coisa de dois meses, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou em discurso a ascensão do Brasil ao *status* de país de classe média ao comparar a trajetória do crescimento econômico dos últimos tempos a uma águia “que descobriu que pode voar mais alto do que costumava”.

Ao contrário da galinha, não muito apta a fazer uso das asas, a águia tem vôo estável, deduz-se da retórica do presidente. Melhor, é vôo de qualidade. “Não nos interessa crescer de qualquer forma, temos que considerar o meio ambiente para preservação da vida futura”, advertiu Lula. Segundo relatos da imprensa, o presidente então alertou que, levando-se em conta as carências sociais e o fato de que muitos brasileiros ainda vivem na miséria, não se pode considerar a natureza intocável.

E, assim, apesar da galinha transformada em águia, ressurge a velha idéia de que alguns são “muito pobres para ser verdes”. Em outras palavras, enquanto não se faz a redução da pobreza com crescimento econômico, o meio ambiente continua como algo à parte, um luxo para quem pode, e não uma necessidade.

Implícita vem a noção de que o cresci-

mento econômico trará, automaticamente, preservação ambiental – vulgarmente conhecida, nos círculos econômicos, como Curva Ambiental de Kuznets. Celebrada nos anos 90, época dourada da doutrina neoliberal, tal receita hoje está sob questionamento – uma extensa literatura dedica-se a apontar suas lacunas, mas bastaria resgatar o espírito original da pesquisa de Simon Kuznets, o economista que lhe dá nome.

Curva de quê?

Na forma de um U invertido, a Curva Ambiental de Kuznets (CAK) representa a

relação entre renda *per capita* e degradação ambiental: enquanto aumenta a renda de cada cidadão de um país – em geral medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) dividido pela população –, crescem também os danos ao meio ambiente, que finalmente atingem um ápice e passam a diminuir, embora a renda continue aumentando.

O início da onda da CAK – pelo menos uma centena de artigos sobre o tema foram publicados em revistas científicas, com o devido eco nas páginas de opinião e editoriais da imprensa – é apontado em um *paper* de 1991 de autoria dos economistas

americanos Gene Grossman e Alan Krueger. Para investigar os impactos ambientais de um eventual acordo de livre-comércio na América do Norte, eles utilizaram medidas de poluição em cidades de 42 países e examinaram, por meio de técnicas econômicas, a relação entre qualidade do ar e crescimento econômico. Encontraram o tal U invertido nos casos do dióxido de enxofre (SO₂) e dos materiais particulados, ou “fumaça”. Três anos depois, foi firmado o Nafta entre Estados Unidos, Canadá e México.

Estudo semelhante foi realizado pelos pesquisadores Nemat Shafik e Sushenjit Bandyopadhyay para embasar o *World Development Report*, do Banco Mundial, em 1992. Das dez medidas de qualidade ambiental usadas, quatro demonstraram comportamento na forma de U invertido – falta de água, falta de saneamento urbano, partículas suspensas e SO₂ – quando

relacionados à renda. O relatório do Banco Mundial – que nos anos 90 estava largamente engajado em fazer os países em desenvolvimento encontrar a via do crescimento econômico por meio dos “ajustes estruturais”, ou seja, privatização, desregulamentação e liberalização comercial – ajudou a popularizar a CAK.

A lógica por trás da inversão da tendência – e do U – é a de que, quando um país começa a se industrializar, a degradação ambiental aumenta rápido, porque as pessoas estão mais interessadas em garantir empregos e renda do que em cuidar da qualidade do ar ou da água – ou seja, são muito pobres para exigir regulamentação. À medida que a renda aumenta, os cidadãos começam a valorizar o meio ambiente e a demandar regras e fiscalização sobre os setores industriais. Assim, conclui-se que, quanto mais rico o país, melhor será sua

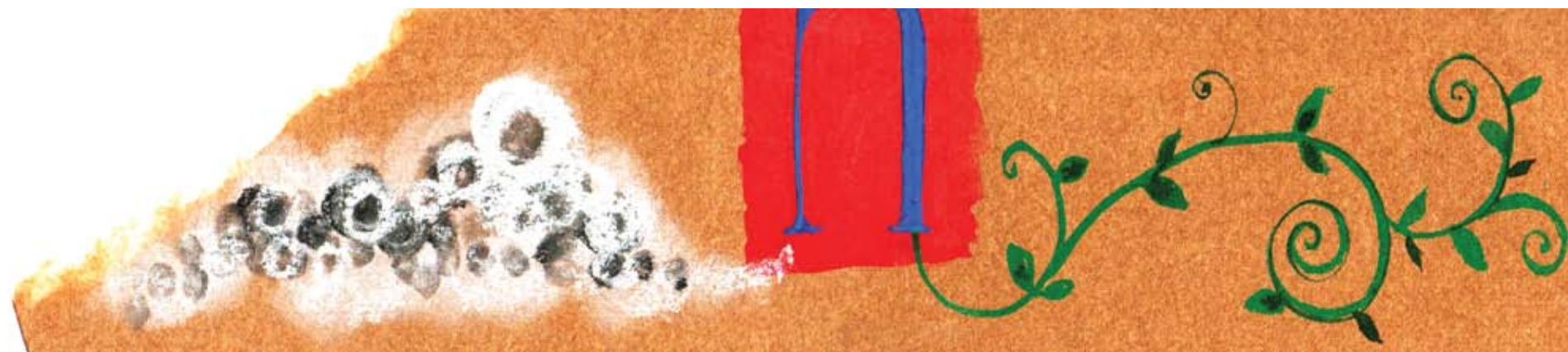
qualidade ambiental – com a premissa de que há agências reguladoras, com informação total sobre os custos e os benefícios de conter a poluição, que respondem pronta e positivamente às demandas da sociedade.

Em geral, os estudos econométricos sobre a CAK apontam que o ápice da degradação ambiental ocorre quando a renda *per capita* atinge algum ponto entre US\$ 5 mil e US\$ 8 mil, e depois passa a diminuir. A mensagem, mesmo que subliminar, é a de que o crescimento continuado, em vez de causar degradação, é sua solução. De acordo com os World Development Indicators (WDI) do Banco Mundial, a renda *per capita* no Brasil em 2005 era de US\$ 8.474 pela metodologia PPP, que compara dados de diferentes países em termos reais segundo seu poder de compra. Se a CAK fosse para valer, os brasileiros poderiam dormir tranquilos.

Paraísos de poluição

Na vida real, entretanto, as coisas nem sempre funcionam no formato esperado. Boa parte da extensa literatura sobre a CAK encarrega-se de provar que ela existe apenas no papel e graças às técnicas econômicas usadas.

“Quando levamos em conta diagnósticos estatísticos, testes de especificação e usam-se técnicas apropriadas, descobrimos que a CAK não existe”, escreveu o economista David Stern, do Rensselaer Polytechnic Institute, em Nova York. “Em vez disso, obtemos uma visão mais realista do efeito



do crescimento econômico e das mudanças tecnológicas sobre a qualidade ambiental. Parece que a maioria dos indicadores de degradação ambiental aumenta monotonicamente com a renda (...)."

É o caso das emissões de gases causadores do efeito estufa, que em raríssimos estudos mostram uma relação de U invertido com a renda e, provavelmente, refletem a realidade: os maiores emissores são os países mais ricos. Mas, com nações populosas rapidamente galgando os degraus do crescimento – a renda *per capita* na Índia ainda é US\$ 2.222 e, na China, de US\$ 4.088, segundo o WDI –, o debate sobre seu impacto ambiental é essencial – não só para as preocupações globais com as mudanças climáticas, mas principalmente para as condições locais de vida. As críticas à CAK são importantes, portanto, porque mostram o que ficou faltando nessa discussão.

Ao provar que a degradação diminui com o aumento da renda no caso de alguns indicadores – especialmente SO_2 –, a CAK não capta o efeito todo do crescimento. Embora tenham sido capazes de conter as emissões de SO_2 , os países ricos passaram nos últimos anos a emitir mais CO_2 e a produzir mais rejeitos sólidos, aponta Stern – ou seja, no geral, os efeitos do crescimento sobre o meio ambiente não declinaram. Em vez disso, o que os estudos sobre a famosa curva podem mostrar é que a redução da poluição nas nações ricas talvez esteja relacionada com sua transferência – por meio

do comércio e da migração da indústria pesada – para as nações mais pobres, às vezes chamadas de “paraísos de poluição”.

Um estudo baseado na teoria da Troca Ecológica Desigual analisou a pegada ecológica *per capita* de 137 países e mostrou que nações de renda baixa e média com grande proporção de exportações para os países industrializados caracterizam-se pelo baixo consumo de recursos ambientais.

James Rice, autor do estudo, argumenta que isso é consequência da utilização desproporcional do espaço ambiental global pelas nações centrais em detrimento daquelas integradas de maneira menos favorável à economia global. O problema, destaca Rice, não é apenas a riqueza ou a pobreza, “mas as complexas inter-relações entre elas na esfera global”.

A linha de pesquisa centrada nas de-

sigualdades entre os países no sistema mundial indica que, em razão da finitude dos recursos materiais e do limite na capacidade de absorção dos ecossistemas, a utilização do meio ambiente global é feita cada vez mais na forma de ganha-perde – em oposição à idéia embutida na CKA de que o crescimento trará ganhos para todos.

Pobreza ecológica

Além de ignorar o sistema, seja ele uma economia local, seja o comércio global, a idéia por trás da CKA descola-se da realidade por não assumir que existe *feedback* entre a degradação ambiental e a economia. A relação é vista como tendo apenas uma mão – mais crescimento leva a menos poluição – e não o seu contrário – mais poluição leva a menos crescimento. Ignora a possibilidade de os efeitos da degradação ambiental

serem irreversíveis e, portanto, afetarem a possibilidade de geração de renda.

Em uma análise que subverte a premissa da CKA de que a natureza absorve danos ambientais em ritmo constante, o economista francês Fabien Priour demonstra que uma economia, tendo degradado gravemente o meio ambiente por considerar o crescimento mais importante, arrisca ver-se incapaz de reverter a tendência.

O simples fato de tentar manter a qualidade ambiental pode não ser suficiente para evitar que a economia, a longo prazo, apresente as características de uma “armadilha de pobreza ecológica”, que, por sua vez, podem levar à pobreza econômica.

De fato, ecoa o economista australiano Philip Lawn, o incremento da qualidade ambiental e o desenvolvimento humano contínuo só podem ser alcançados se forem

incluídas na equação as noções de eficiência, equidade, manutenção do capital natural e melhorias qualitativas.

Um dos poucos pesquisadores a dedicar-se à teoria em vez de à observação empírica, Lawn conclui que a relação meio ambiente-renda pode ter o formato da CKA até um determinado ponto, mas não a longo prazo – porque as leis da termodinâmica impõem limites ao aumento da eficiência por meio do progresso tecnológico e, em determinado momento, as melhorias ambientais passam a ter rendimentos decrescentes, ou seja, há menos disposição de pagar por elas.

O bem-estar, ontem e hoje

Mas, antes de mesmo de se considerar o sistema de comércio mundial, a irreversibilidade dos processos e o fato de que a

economia é parte integrante de um sistema maior – a biosfera –, a CKA falha ao adotar o crescimento econômico como medida de riqueza. É notório que o PIB mede a produção de bens e serviços pelos cidadãos de um país em um determinado período, mas não o seu bem-estar. Não há apenas benefícios decorrentes do incremento na produção, mas também custos, entre eles danos à saúde, à cultura e, *voilà*, ao meio ambiente. Além disso, ao simplesmente dividir o PIB total pela população para obter a renda média e, então, procurar pelo U invertido, convenientemente se escondem as desigualdades – no Brasil, apesar dos avanços recentes, os 10% mais ricos ainda concentram mais de 40% da renda total.

Um dos primeiros a destacar que o crescimento tem custos além de benefícios foi o criador do sistema de contas nacionais





des como uma das variáveis: para crescer as economias gradualmente abandonam a agricultura e se dedicam à indústria, o que dá margem a um período de grande desigualdade, mas, com o crescimento econômico e mais oportunidades de educação, a parcela mais pobre da população ganha poder político para mudar o *status quo*.

Kuznets defendia que, para desenhar um sistema de contas nacional, é preciso começar com a visão clara dos objetivos da atividade econômica – a renda nacional existe para o bem-estar do homem, e não o homem para aumentar a capacidade do país, escreveu – e a diferenciação entre bens intermediários e bens finais. Os sistemas de contas nacionais estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial, entretanto, ignoraram a abordagem de Kuznets, e até hoje se confunde crescimento medido pelo PIB com desenvolvimento.

Os livros-texto de Economia em geral usam a palavra “utilidade” no lugar de “bem-estar” e assumem que ela é equivalente à renda, por meio da qual os indivíduos revelam suas preferências – em um mercado, o conjunto das preferências individuais leva a um resultado positivo para o conjunto. O dilema do crescimento com desigualdade, entretanto, é uma das indicações de que nem sempre é possível beneficiar a todos, sem prejudicar ninguém. No contexto da sustentabilidade, essa equação é ainda mais complicada, pois inclui o bem-estar das futuras gerações.

Diante das evidências de que mais crescimento econômico não é a resposta para sustentar o bem-estar ou a integridade ambiental, o economista americano John Gowdy lança uma série de perguntas. De quanto crescimento precisamos para garantir dinheiro para as coisas materiais que contribuem para tornar as pessoas felizes? Podemos nos desenvolver sem crescer? Um país pode parar de crescer economicamente ou isso o privaria da tecnologia, do investimento de capital e do dinamismo empreendedor necessários para competir em uma economia capitalista? A transição para uma economia da felicidade exigiria quais políticas? E, finalmente, quão diretamente está o bem-estar humano relacionado com a preservação de ecossistemas e de formas de vida não-humanas necessárias para a sobrevivência dos homens a longo prazo?

Segundo Gowdy, as respostas provavelmente virão de áreas da Economia que integram diferentes conhecimentos – biologia, antropologia, psicologia –, de forma a produzir uma melhor compreensão sobre o bem-estar imediato e como os homens se encaixam no restante do mundo natural.

Sem dúvida, bem melhor do que se esconder atrás de uma curva. P22

SFÉRICO
SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA SUSTENTABILIDADE

Mensurar o Desenvolvimento Sustentável nunca foi tão prático.

Em números: RSA – Rating de Sustentabilidade APEL©

Referência	Nota
ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial	4,47
Global Reporting Initiative - Apparel and Footwear Sector Supplement	4,17
Global Reporting Initiative	4,76
Requerimento Essencial	Nota
Qualidade das Relações - Colaboradores e Terceiros	9,34
Aderência a Normativas	9,00
Desenvolvimento Local e das Comunidades	8,80
Produtos e Serviços para a Sustentabilidade	7,12
Qualidade das Relações - Clientes e Consumidores	5,29
Combate à corrupção	5,00
Transparência, Qualidade das Informações e Governança Corporativa	5,00
Diversidade / Não discriminação, trabalho infantil / forçado, assédio moral / sexual e diversidade	4,84
Gestão Ambiental (Ecoeficiência), Transporte, Consumo, Inovação Produtiva e Gestão	4,82
Engajamento de partes interessadas	4,34
Qualidade das Relações - Fornecedores	4,23
Planejamento Estratégico	1,13
Estrutura	Nota
Gestão da Produção e Gestão Ambiental	9,47
Recursos Humanos	8,89
Marketing	8,89
Suprimentos	8,89
Vendas	8,89
DFD	8,89
R/I Governança Corporativa	8,89
Corporativa	8,89

Para aperfeiçoar a gestão em sustentabilidade da sua empresa, a APEL desenvolveu um sistema que responde com precisão às necessidades e diretrizes estratégicas: o **Sférico - Sistema de Gerenciamento da Sustentabilidade**. Através de um painel de controle de simples visualização são apresentados os ratings de análises quantitativas e qualitativas acerca da sustentabilidade na gestão da empresa. Diferentes recortes de análises facilitam a identificação dos caminhos a serem percorridos para que o modelo de maturidade em sustentabilidade seja alcançado. O Sférico permite também associar os conceitos e práticas consideradas referências às ações do dia-a-dia para todas as áreas e processos da empresa, orientando e mensurando de forma objetiva as melhorias necessárias e possíveis no modelo de gestão, além de favorecer um entendimento claro da situação atual e de simular resultados futuros com base nos impactos positivos que trarão ao desenvolvimento sustentável. Além disso, disponibiliza um ambiente no qual sua empresa instrumentaliza o seu processo de escolhas estratégicas, garantindo a alocação de recursos no que é relevante e material para o negócio, para a sociedade e para o meio ambiente.



Para mais informações, acesse: www.apelconsult.com.br/sferico

O que é sustentabilidade?

Ela pode prescindir da durabilidade das organizações, ao contrário da crença geral.

E nada impede que requeira choques freqüentes de destruição criativa

Embora campeiem debates sobre a noção de sustentabilidade em quase todas as áreas do conhecimento, eles obrigatoriamente têm suas raízes nas reflexões de duas disciplinas consideradas científicas: Ecologia e Economia. Na primeira, não demorou a surgir oposição à inocente idéia de que a sustentabilidade ecossistêmica corresponderia a um suposto “equilíbrio”.

Controvérsia que, com ainda mais rapidez, desembocou em solução de compromisso, com a ascensão do conceito de resiliência: a capacidade que um sistema tem de enfrentar distúrbios mantendo suas funções e estrutura. Isto é, sua habilidade de absorver choques, a eles se adequar, e mesmo deles tirar benefícios, por adaptação e reorganização. Um ecossistema se sustenta se

continuar resiliente, por mais distante que esteja do equilíbrio imaginário.

Foi essa convergência teórica que permitiu a passagem da antiga noção de capacidade de suporte para a comparação entre a biocapacidade de um território e as pressões a que são submetidos seus ecossistemas, pelo aumento do consumo de energia e matéria por sociedades humanas e suas decorrentes poluições. Comparação que dá base à pegada ecológica como indicador de fácil compreensão, e cada vez mais legitimado, para mostrar a distância em que se pode estar da sustentabilidade ambiental.

Nada parecido ocorreu no âmbito da Economia, onde só pioram as divergências entre três concepções bem diferentes. Para

começar, a conhecida colisão entre a sustentabilidade “fraca” e a “forte”. A primeira toma como condição necessária e suficiente a regrinha de que cada geração legue à seguinte a somatória de três tipos de capital que considera inteiramente intercambiáveis ou intersubstituíveis: o propriamente dito, o natural/ecológico, e o humano/social. Na contramão está a sustentabilidade “forte”, que destaca a obrigatoriedade de que pelo menos os serviços do “capital natural” sejam mantidos constantes.

Uma crucial variante dessa segunda corrente rejeita o que em ambas mais há de comum: a ênfase nos estoques. Com o mesmo foco nos fluxos que há meio século viabilizou o surgimento e padronização do sistema de contabilidade nacional e que permitiu a mensuração do produto anual de cada país, cuja versão interna (PIB) se tornou o barômetro do desempenho socioeconômico. Suas mazelas foram severamente criticadas, principalmente por só considerar atividades mercantis e ignorar a depreciação de recursos naturais e humanos. O que justamente provocou o atual processo de busca por correções e extensões com o objetivo de transformá-lo em indicador de prosperidade sustentável.

É contra todas as anteriores que se ergue a perspectiva biofísica, por negar que a Economia seja um sistema autônomo, e entendê-la como subsistema inteiramente dependente da evolução darwiniana e da Segunda Lei da Termodinâmica, sobre a

inexorável entropia. Nessa visão, só pode haver sustentabilidade com minimização dos fluxos de energia e matéria que atravessam esse subsistema, e a decorrente necessidade de desvincular avanços sociais qualitativos de infundáveis aumentos quantitativos da produção e do consumo.

Sem indicador ou resposta

Tal algaravia explica a ausência de um indicador econômico que desfrute de mínima aceitação. O Banco Mundial está dando forte apoio à abordagem da sustentabilidade fraca em suas tentativas de estimar o que seria uma “poupança genuína” de cada país (www.worldbank.org). Em paralelo, uma significativa rede de ONGs respalda a variante da prosperidade sustentável, em seus esforços para calcular um “indicador de progresso genuíno” (www.rprogress.org). E o balanço dessas e de outras propostas alternativas sugere que nenhum indicador, por melhor que possa ser, vai conseguir revelar simultaneamente o grau de sustentabilidade do processo socioeconômico e o grau de qualidade de vida que dele decorre (leia mais em *Sustainable Development Indicators in Ecological Economics*, de Philip Lawn, London: Edward Elgar, 2006).

Então, não há resposta simples, e muito menos definitiva, para a indagação que intitula este artigo. O que as ponderações acima aconselham é que se tome muito cuidado com os vulgares abusos que estão sendo

cometidos com o termo sustentabilidade. Claro, nada poderá interditar seu uso em outros contextos, muito menos proibir o emprego metafórico que já se consolidou. Por exemplo, para se dizer de forma breve que o comportamento de uma empresa, de uma família, ou mesmo de um indivíduo, segue código ético de responsabilidade socioambiental. Ou que tal código foi observado na produção e comercialização de alguma mercadoria ou serviço.

Todavia, é preciso admitir que a sustentabilidade possa prescindir da durabilidade das organizações, e particularmente das empresas, ao contrário da crença que se generaliza. Pode ocorrer exatamente o inverso. Nada impede que sustentabilidade sistêmica da sociedade freqüentemente requeira renovadores choques de destruição criativa. Como nos ecossistemas, o que está em risco é sua resiliência, e não a durabilidade específica de seus indivíduos, grupos, ou mesmo espécies. Pelo menos é o que sugerem a evolução darwiniana e a moderna teoria da complexidade. **P22**

* Professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP, pesquisador associado do Capability & Sustainability Centre, da Universidade de Cambridge, e autor, com Lia Zatz, do livro para jovens *Desenvolvimento Sustentável: Que bicho é esse?* (Autores Associados, 2008). www.zeeli.pro.br

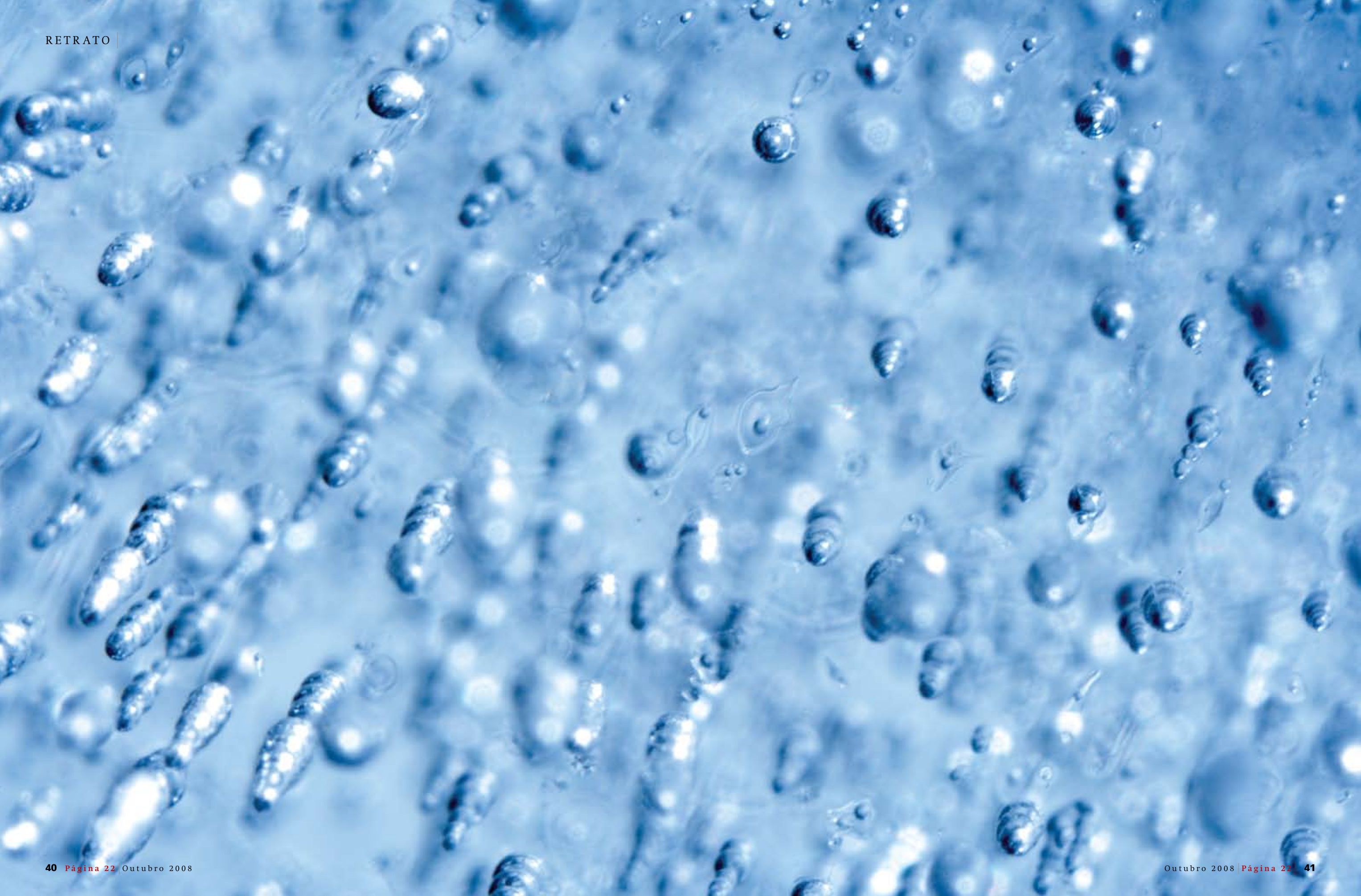


FOTOS **Bruno Bernardi**

No mundo da vida cotidiana

*“Existem mundos sobre
mundos, bem aqui
na nossa frente.”*

(Fragmento dos ensinamentos do feiticeiro
yaqui dom Juan Matus, da obra
Viagem a Ixtlán, de Carlos Castañeda)





Macrofotografias que retratam diferentes estados de solidificação da água.

“No mundo da vida cotidiana a água é um elemento do ambiente que usamos para viajar”

(A Arte do Sonhar, Carlos Castañeda).

Abismos e atalhos

Separados pela realidade socioeconômica, a base e o topo da pirâmide apresentam mais semelhanças que diferenças quando se trata do despertar para a sustentabilidade | **POR Carolina Derivi FOTOS Bruno Bernardi**

“Responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, diz a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, firmada em 1997, ao reconhecer que as nações devem ter papéis diferentes perante a crise climática, de acordo com a influência de cada grau de desenvolvimento para o fenômeno do aquecimento global. Apesar de consagrado o princípio, o desafio do aquecimento global demanda compromissos contundentes de todas as nações do mundo, sejam elas desenvolvidas ou não.

Um pequeno esforço de abstração pode levantar questões interessantes também sobre o papel individual. Existiriam diferenças de compreensão ou de vivência dos problemas socioambientais conforme o grupo socioeconômico em que as pessoas se inserem? A parcela mais abastada da sociedade tem maior responsabilidade que os demais? Ou maiores condições de reformular seus comportamentos? Assim como as negociações em torno da questão climática não podem prescindir do Terceiro Mundo, a agenda mais ampla de sustentabilidade, como a superação da

cultura do desperdício e do consumismo, só pode se tornar realidade com a adesão da chamada base da pirâmide social.

No ambiente cosmopolita da Avenida Paulista, em São Paulo, onde circulam diariamente milhares de pessoas de todas as origens, Antônio José da Silva está empenhado em demonstrar que consciência ambiental não é questão de carteira. Piauí, como é conhecido, mora no bairro periférico Jardim Vista Alegre, na Zona Norte da cidade. Onde quer que vá, leva embaixo do braço uma pasta preta recheada de recortes de jornal e revista com notícias sobre meio ambiente. “Tem até coisa da Groenlândia. Tô muito preocupado com a Groenlândia”, diz.

Piauí não apenas está preocupado, como também decidiu lançar a sua própria agenda socioambiental. Na calçada em frente ao prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), instalou uma escultura formada por dezenas de bitucas de cigarro para protestar contra a displicência daqueles que chama de “engravatados”.





No frenético cotidiano da Avenida Paulista, Piauí tenta chamar a atenção para o descaso dos fumantes: "Ninguém fala das bitucas!"

sociais. Ao menos é o que revelaram os entrevistados da série histórica *O Que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente e do Consumo Sustentável*, pesquisa coordenada pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser), desde 1992.

Um levantamento fornecido pelo Iser com exclusividade para PÁGINA 22, referente a dados de 2006, revela a postura dos entrevistados conforme a variável socioeconômica, suas semelhanças, discrepâncias e algumas curiosidades. Ironicamente, a impopular opção de pagar um imposto específico para despoluir rios é mais aceita entre os entrevistados de renda inferior a um salário mínimo (9,8%) que para os de renda superior a 10 salários mínimos (6,7%). Outros dados, possivelmente mais coerentes, revelam posturas diferentes entre a população de baixa renda.

“Todo mundo só fala da sacola plástica, da garrafa PET... mas e as bitucas? Ninguém fala! Tem um canteiro ali que já não nasce mais nada, de tanto o povo apagar cigarro”, diz o convicto Piauí. Apesar dos múltiplos talentos como artista plástico, músico, poeta e jardineiro, ele não tem emprego fixo. Vive de doações de pessoas que passam pela rua e simpatizam com o protesto. Seu sonho é conseguir apoio para fazer uma armação de madeira de 3 metros de altura repleta de bitucas, o que lhe proporcionaria, acredita, a atenção desejada.

Em resposta à provocação da reportagem, sobre “responsabilidades diferenciadas”, Piauí não perde a oportunidade de criticar: “Quem tem mais grana tem mais poder e também consome mais. Acho que a responsabilidade deles é maior por causa disso. Mas quem é pobre tem que fazer como eu. Informação não falta. Não é só com dinheiro que se resolvem as coisas”.

Essa também é a convicção da empregada doméstica Maria da Glória Ferreira. Em sua casa, desperdiçar comida, energia e água é pecado capital. Há três anos, ela aprendeu a fazer sabão utilizando óleo de cozinha usado, o que lhe rende mais de 20 barras por menos de R\$ 5, gastos com aditivos de detergente, soda cáustica e sabão em pó.

Se a expectativa é de que suas motivações sejam puramente econômicas – a renda da família de cinco pessoas gira em torno dos R\$ 4 mil – Maria da Glória surpreende: “Eu faço em primeiro lugar por causa do meio ambiente, pra não poluir mais os rios. Já não basta esse Tietê poluído que a gente tem aí? É uma pena...”.

Moradora do Jardim Maracá, na Zona Sul de São Paulo, ela se considera uma exceção à regra entre vizinhos e amigos menos preocupados com as questões ambientais. E o motivo, segundo ela, transcende o status socioeconômico e passa a ser uma questão de disposição: “A gente fica sabendo [da crise ambiental] pela TV, pelo rádio. Mas problema do povo é a preguiça. Ninguém quer separar latinha, vidro”.

Raio X

Apesar da percepção de Maria da Glória, separar o lixo para reciclagem e reduzir o consumo de água e energia elétrica são as ações em prol do meio ambiente que têm maior adesão em todos os grupos

Preferência por crescimento econômico, em lugar de meio ambiente saudável, é maior na população de baixa renda, mas não ultrapassa 18,7%



O nível de concordância com a frase “o crescimento econômico deve ter prioridade sobre o meio ambiente” aumenta gradativamente quanto menor a renda familiar. Apenas 8,2% dos entrevistados com renda superior a 10 salários mínimos concordam, contra 15,5% dos demais. O mesmo se passa com as afirmações “estaria disposto a conviver com mais poluição se isso trouxesse mais emprego” e “a preocupação com meio ambiente no Brasil é exagerada”. Quanto menor a renda, maior a adesão. Entretanto, é oportuno destacar que em todos os grupos sociais a concordância com essas idéias é minoritária. Atinge no máximo 18,7%.

Poderia parecer razoável admitir que houvesse um abismo de informação e conhecimento entre as populações de alta e baixa renda. De fato, a incidência de pessoas que se consideram “muito bem informadas” é maior entre os entrevistados com renda acima de 10 salários mínimos, mas esse percentual atinge apenas 11,8%. A maioria dos entrevistados (55% do total) se considera “mais ou menos informado” e esse



percentual varia de 51,8% na faixa acima de 10 salários mínimos a 46,1% na faixa até 1 salário mínimo.

Nem só de televisão

Situado no extremo da Zona Leste da cidade, o bairro de Itaquera é exemplo típico do crescimento acelerado e desordenado das periferias, o que ocasionou problemas como poluição de córregos, lixo em terrenos baldios e enchentes. Segundo dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), Itaquera tinha, no ano 2000, cerca de 500 mil habitantes.

É ali que o padre Paulo Sérgio, há mais de 20 anos à frente da paróquia local, decidiu fazer da novena anual um evento de conscientização. “Se eu chamar para um debate, não vem ninguém. Então eu tento aproveitar o culto”, diz. Durante as nove noites de celebração, em 2007, o padre convidou políticos e ambientalistas para discursarem sobre o tema. Como resultado, um grupo de paroquianos formou

uma força-tarefa para ajudar a divulgar, por meio de encontros e cartilhas, as pequenas ações cotidianas que podem fazer diferença.

“A minha decepção é que de 300 pessoas que compareceram em média, a cada noite, sobraram apenas 10 dispostas a participar do grupo”, lamenta o padre. Para José Paulo Cupertino, um dos integrantes do grupo ambiental da paróquia, o problema é menos a falta de informação e mais o desinteresse: “Talvez as pessoas não achem que esse seja um assunto tão sério”. Mas ele, que mora no bairro há mais de 30 anos, testemunhou o processo de crescimento e degradação, o que o tornou mais sensível ao tema. “A transformação foi drástica. Do lado da minha casa tinha um bosque enorme, onde eu brincava quando era criança. Hoje sobrou só um eucalipto”, diz.

José Paulo economiza energia e água, separa o lixo reciclável para os catadores e é usuário do transporte público. Mas, diante das dificuldades de mobilidade

Mobilidade difícil compromete a boa vontade. “Se pudesse, eu compraria um carro novo”, diz morador



O crescimento acelerado fez de Itaquera, na Zona Leste, um dos bairros mais populosos – e desordenados – de São Paulo

do bairro para o centro da cidade, ele traça seu próprio limite para práticas sustentáveis: “Se pudesse, eu compraria um carro novo”.

O consumo é de todos

Com 20 anos de experiência em educação ambiental na periferia da São Paulo e em pequenas cidades, Miriam Duailibi, presidente do Instituto Ecoar, identifica características semelhantes entre os grupos sociais, especialmente no que diz respeito ao consumo. “As pessoas de baixa renda até podem comprar menos, ou produtos mais baratos, mas consomem na mesma linha: descartáveis, com muita embalagem. Conforme

é a maioria da população brasileira, com 86 milhões de pessoas. A renda familiar desse grupo varia de R\$ 1.064 a R\$ 4.591, já que a classificação não se dá apenas com base na renda, mas por um sistema de pontos que considera os bens de consumo e o nível educacional do chefe da família.

Para Miriam, o problema aparece já nos indicadores de classe social, em que pesa o poder de consumo, quando deveria ser considerados indicadores de “dignidade”, como acesso a cultura e saúde. Os dados, entretanto, são animadores para o mercado cada vez mais atento a esse consumidor. É o caso da Gol, empresa que anunciou em setembro uma nova

O mercado volta-se para a emergente classe C, maioria da população no Brasil. A lógica de embalagens e descartáveis permeia toda a sociedade

eles vão melhorando de renda, a tendência é entrar no mesmo padrão de consumo dos mais abastados. Mesmo nas casas mais humildes há essa tendência de deixar os aparelhos ligados na tomada e comprar tudo com sacola plástica”.

O aumento do poder de compra é uma realidade. A pesquisa “O Observador Brasil 2008”, feita pela financeira francesa Cetelem com o instituto de pesquisas Ipsos Public Affairs, revela que a Classe C já

estratégia para atender à demanda reprimida do público de classe média baixa. Cerca de mil vendedores serão recrutados para vender, de porta em porta, as passagens aéreas que antes eram privilégio dos ricos, em condições facilitadas de até 36 prestações.

“As pessoas têm direito ao conforto, a melhorar de vida, ninguém pode dizer o contrário. Mas educar esse público para a sustentabilidade é estratégico, porque eles estão entrando na era do consumo. É mais difícil



Queimar entulho é comum nas periferias, especialmente onde a coleta de lixo não chega

mudar a cabeça daqueles que já estão acostumados a um determinado padrão”, considera Miriam.

Sentir na pele

A grande aposta da educadora é um diferencial de consciência da população mais carente: “Claro que o conceito de sustentabilidade é mais compreendido formalmente pelos meios acadêmicos. Mas acho que as comunidades têm uma noção muito grande pelo contraditório. Eles sabem que o modelo que eles vivem é excludente, predatório, com injustiças sociais e ambientais”.

Segundo Miriam, a proximidade com problemas

pesquisa que ouviu 241 jovens engajados no movimento socioambiental, cujos resultados aparecem no livro *Juventude, Cidadania e Meio Ambiente – Subsídios para a elaboração de políticas públicas*. A pesquisa apontou que 80% desses jovens concluíram o Ensino Médio em escola pública e 51% pertencem a famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos.

“Eu acho que tem vários motivos para isso, mas talvez o primeiro deles seja que esse público vive nas piores áreas possíveis para habitação, com altos níveis de poluição e carência de serviços básicos. Aliado a isso o fato de que os jovens, mesmo os de periferia,

Falta de saneamento, acúmulo de lixo e enchentes tornam comunidades carentes mais sensíveis ao tema ambiental, dizem educadores

ambientais do cotidiano, como esgoto a céu aberto, enchentes e desmoronamentos, tornam os moradores de comunidades carentes mais sensíveis ao tema ambiental. “Eles assumem com mais entusiasmo as mudanças e se engajam com muito mais facilidade. A resistência às mudanças é muito maior na classe média.”

Compartilha dessa teoria o também educador ambiental Fabio Deboni. Em 2006, ele coordenou uma

buscam mais informação e têm mais contato com isso pela internet”, diz Deboni.

É justamente com essa mentalidade, e especialmente focada no público jovem, que o Instituto Terrazul vem desenvolvendo o programa de educação ambiental no entorno do Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro. A característica das comunidades que circundam o parque é de favelização, mas a coor-



denadora técnica de projetos, Illona Sá, faz questão de frisar: “Não são apenas as comunidades que crescem para cima do parque. Também temos problemas com condomínios de classe média alta”.

A estratégia do Terrazul foi estabelecer seis núcleos ambientais ao redor da unidade de conservação e convidar a população, de alta e baixa renda, a fazer diagnósticos participativos. A menina-dos-olhos do projeto são as oficinas de comunicação e vídeo ambiental para a juventude, que permitem que estudantes das comunidades carentes convivam com estudantes de classe média alta, como alunos do Colégio Syon, um dos mais prestigiados do Rio de Janeiro.

“Eles ficaram amigos”, diz Illona, “é assim que a gente vê que os anseios e os desafios são, na verdade, muito parecidos”. A coordenadora acredita, no entanto, que as dificuldades são sempre maiores para o lado mais fraco. “A questão do meio ambiente, por estar na mídia, já não é mais tão alheia às comunidades. O problema é que a falta de infra-estrutura é fator de desânimo. A limpeza urbana não chega a alguns locais. E as pessoas não moram no alto do morro porque gostam, mas porque lá eles têm acesso à água (*diretamente dos córregos que cortam o parque*)”.

Em 2008, a ONG ajudou a formar o Conselho Consultivo Jovem do Parque Nacional da Tijuca, um episódio inédito na história das unidades de conservação do País. Eloína Moscoso, de 17 anos, é a secretária de visitação do conselho. Até conhecer o projeto, em 2006, nem sequer havia freqüentado o parque, embora seja moradora da comunidade vizinha, no Morro da Covanca. “Algumas pessoas acham estranho eu me envolver com meio ambiente, acham que não leva a nada, e outras apóiam muito. Eu procuro sempre mostrar que esse é um conhecimento que você vai levar pra vida toda”, diz Eloína. “Não adianta nada ter um emprego e depois ficar doente por causa da poluição.”

Se lhe perguntam qual é o nível de consciência ambiental da sua comunidade, Eloína responde: “É meio a meio”. Alguns se preocupam mais, outros menos, exatamente como em outras faixas sociais. Seu testemunho leva a crer que a compreensão e prática da sustentabilidade encontram terreno mesmo em meio a abismos sociais. Podem emergir do acesso à informação e à cultura, mas também da sensibilidade individual, despertada, como dizem os educadores, pelo que se passa na porta de casa. Talvez seja próprio do pensamento crítico essa capacidade libertária de brotar em qualquer campo, desde que – lembremos do Piauí – não haja bitucas para atrapalhar. **P22**

Uma maré para todos

Com a convergência dos dramas social e ambiental, o Brasil precisa olhar para o “andar de baixo” e generalizar a inclusão produtiva ao atacar a informalidade, os pedágios financeiros, o monopólio do conhecimento e a má gestão

Não há como negar a amplitude dos desafios que enfrentamos. O IV Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, de 2007, afirma que “o aquecimento do sistema climático é inequívoco”, enquanto o estudo *The Inequality Predicament: Report on the world social situation 2005*, das Nações Unidas, comprova que, a despeito dos avanços técnicos, a desigualdade de renda e de consumo entre os países se manteve nos últimos 50 anos. O Brasil aparece com distinção: a renda *per capita* dos 10% mais ricos equivale a 32 vezes a dos 40% mais pobres.

Os 4 bilhões de pessoas com renda *per capita* anual inferior a US\$ 3 mil não são vistos como tragédia social. A International Finance Corporation (IFC), do Banco Mundial, por exemplo, enxerga aí um mercado de US\$ 5 trilhões. Em documento de 2007, afirma que “há reconhecimento crescente da importância de se remover barreiras às

pequenas e médias empresas e criar uma gama mais ampla de ferramentas para levá-las à economia formal e gerar mercados mais eficientes”. A abordagem evidencia que o modelo corrente gera a tendência inversa: o plantio de soja utiliza um trabalhador a cada 200 hectares, a pesca industrial oceânica reduz à miséria mais de 300 milhões de pessoas nas regiões costeiras, a especulação financeira descapitaliza as comunidades, o abuso no registro de patentes – 97% pertencem a países ricos – trava as iniciativas locais de criação de valor.

A prosperidade artificial e o consumo predatório que a concentração de renda e de riqueza permite nas porções ricas do planeta fazem convergir as grandes ameaças estruturais. O cientista político canadense Thomas Homer-Dixon lembra, no livro *The Upside of Down* (2006), que a população de 6,7 bilhões de pessoas não só aumenta em 75 milhões por ano, como exhibe perfil de consumo surrealista nas duas pontas, na escassez e nos excessos, na desnutrição e na obesidade. Cerca de dois terços do crescimento populacional dão-se na área da miséria, mas findou-se a era das populações pobres e isoladas. O planeta é um só, os pobres sabem que são pobres, e o modelo de consumo é o dos ricos.

Dados sobre esgotamento da vida nos mares, erosão dos solos, redução das reser-

vas de água doce, destruição da biodiversidade e desmatamento são acompanhados em detalhe, em uma demonstração impressionante de capacidade técnica e impotência política. A análise dos desperdícios e da subutilização de fatores, como sugere Ignacy Sachs, aponta os reequilíbrios necessários para alcançarmos as inovações que darão conta dos dramas social e ambiental.

Capacidade de trabalho

Tomando 2006 como referência, o Brasil tem 190 milhões de habitantes. Destes, 125 milhões estão em idade ativa (15 a 64 anos) e 98 milhões integram a População Economicamente Ativa (PEA). Apenas 31 milhões são empregados pelo setor privado com carteira assinada. Sete milhões são funcionários públicos. O que fazem os outros? Há empresários e “autônomos”, cerca de 15 milhões de desempregados, e uma ampla massa classificada como “informais” – 51% da PEA, segundo o estudo *Brasil, o Estado de Uma Nação 2006 – Mercado de trabalho, emprego e informalidade*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O modelo subutiliza mais da metade das capacidades produtivas do País. Não é realista imaginar que o crescimento centrado em empresas transnacionais, grandes extensões de soja ou em uma hipotética expansão do emprego público permitirá absorver essa mão-de-obra. Formas alternativas de organização tornam-se necessárias. O drama da desigualdade não se resolve

só com a distribuição mais justa da renda e da riqueza, envolve necessariamente a inclusão produtiva decente da maioria da população desempregada, subempregada ou encurralada em atividades informais.

Recursos financeiros

Diz-se que não há recursos para empregar a todos. Mas a Organização Mundial da Saúde estima que R\$ 1 investido em saneamento básico permite reduzir de R\$ 4 a R\$ 5 em gastos. Ou seja, há atividades que, em vez de absorver, liberam e multiplicam recursos. A ponte se faz pelo crédito, mobilizando de forma produtiva as poupanças dos que possuem excedente em proveito de quem tem iniciativas a financiar.

Estudo da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) mostra que, apesar da queda da taxa básica de juro de setembro de 2005 a fevereiro de 2007, as variações para os tomadores finais foram insignificantes e as taxas comerciais voltam a subir em 2008. Mesmo a custos indecentes, o volume de crédito se expande.

A generalização do pedágio financeiro reduz drasticamente a capacidade de os agentes dinamizarem as atividades econômicas. A desigualdade aqui não é apenas herança, mas um processo em curso que permite a descapitalização de empresas, comunidades e famílias ao mesmo tempo que gera lucros no restrito clube de intermediários financeiros e grandes aplicadores.



Conhecimento tecnológico

Em uma era caracterizada pela centralidade do conhecimento nos processos econômicos, o sistema de patentes imobiliza áreas inteiras por 20 anos, os *copyrights* duram mais de 70 anos, constituindo autênticos monopólios.

A avaliação é de Joseph Stiglitz, ex-economista-chefe da Casa Branca e do Banco Mundial, e Nobel de Economia. “A inovação está no coração do sucesso de uma economia moderna (...) O mundo desenvolvido arquitetou cuidadosamente leis que dão aos inovadores o direito exclusivo às suas inovações e aos lucros que delas fluem. Mas a que preço? Existe um sentimento crescente de que há algo de errado com o sistema que governa a propriedade intelectual. O receio é que o foco nos lucros para as

corporações ricas represente uma sentença de morte para os muito pobres no mundo em desenvolvimento”, escreveu.

Segundo o autor, “os países em desenvolvimento são mais pobres não só porque dispõem de menos recursos, mas porque há um hiato em conhecimento”. É uma tomada de posição importante nesta época em que respeitar o sistema de propriedade intelectual, na prática, significa aceitar sua monopolização.

Este é mais um fator de concentração da renda e da riqueza, e de reprodução de dinâmicas ligadas à problemática ambiental. Precisamos de regras mais flexíveis e inteligentes, pois a curto prazo os pedágios sobre o conhecimento geram lucros para as empresas, mas a médio prazo estaremos todos em dificuldades.

Má-gestão

O artigo *Getting Real on Health Financing*, publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2007, lembra que as mortes provocadas pela Aids passam de 25 milhões. Não aparecem nas manchetes, mas as perdas de capacidade de trabalho e os custos com tratamento e hospitalização são imensos. O desequilíbrio entre os avanços da produção comercial e os atrasos das políticas sociais gera altos custos para toda a sociedade. Os países em desenvolvimento arcam com 90% da carga global das doenças, mas contam com apenas 12% do gasto global com saúde: o gasto *per capita* é de US\$ 22 em países de baixa renda e supera US\$ 3 mil nos de alta renda.

Os cerca de US\$ 6 mil de bens e serviços produzidos por pessoa no mundo seriam

suficientes para uma vida digna para todos. Alguns claramente são mais dignos que outros: quanto mais ricos os países, maior a participação do setor público nos gastos com saúde. O FMI recomenda: “Os países devem incrementar sua capacidade de levantar dinheiro por meio de impostos”. Embora não seja todo dia que o FMI defenda governos maiores, a visão é correta: é preciso desenvolver o setor público e lutar por maior eficiência nos gastos, modernizando e democratizando a gestão.

Fazer dinheiro com saúde não é eficiente em lugar nenhum, a não ser para minorias de alta renda. Fazer dinheiro com educação, na linha da indústria do diploma, tampouco resolve. É preciso recuperar a capacidade de desenvolver políticas públicas competentes – como as políticas sociais com fins lucra-

tivos só funcionam para quem tem poder de compra, o resultado é o imenso desperdício de recursos e o aprofundamento das desigualdades.

Felizmente, enraíza-se a compreensão de que o avanço de uns em detrimento dos outros não resolve: a maré tem de levantar todos os barcos. O bem-estar econômico e social de todos deixa todos melhor, não só os pobres. Dos ricos, o que se exige não é bondade, mas inteligência para mobilizar os recursos subutilizados em função dos dois objetivos principais: o ambiental e o social. A seguir, algumas alternativas.

Medir os resultados reais

A mortalidade infantil no mundo em desenvolvimento caiu nos últimos 50 anos, graças à melhor nutrição, a intervenções ligadas à água e ao saneamento e a avanços no uso de vacinas e antibióticos, diz o FMI. Ou seja, ações preventivas de baixo custo, mas que exigem densidade organizacional na base da sociedade.

Para a contabilidade tradicional, a medicina preventiva é péssima: evitar doenças não aumenta o PIB. Se há muitos doentes, intervenções cirúrgicas, compra de medicamentos, isto, sim, aumenta o PIB. Porém, o que interessa não é gastar com medicamentos e hospitais, e sim não ficar doente. Calculamos o valor comercial de bens e serviços (*output*) e não os resultados em qualidade de vida (*outcome*). O absurdo estende-se a outras áreas: a liquidação da vida nos mares, o corte das florestas, a

destruição da camada orgânica do solo, o esgotamento dos lençóis freáticos. Nada disso é contabilizado, a não ser como valor positivo no produto vendido, sem desconto dos custos ambientais.

Nos anos 80, com Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher na Inglaterra, o social saiu do mapa e tudo se concentrou nos resultados econômicos e financeiros. Na década de 90, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) trouxe de volta a visão de que a economia deve servir ao bem-estar dos homens, não o contrário. Desenvolveram-se metodologias que avaliam o trabalho voluntário, o trabalho não-remunerado doméstico, a destruição ou a proteção do meio ambiente, a insegurança resultante dos processos produtivos, a dilapidação dos recursos não-renováveis.

Instrumentos que permitem avaliar o “progresso genuíno” e a qualidade de vida reequilibram os critérios de decisão na sociedade, pois definem os objetivos. Uma população desinformada, ou mal informada, tende a ficar angustiada. Uma população informada pode se tornar cidadã.

Democratizar o governo

O *Relatório Mundial sobre o Setor Público*, publicado em 2005 pelas Nações Unidas, mostra a evolução da administração pública baseada em obediência, controles rígidos e “autoridades”, passando pela gestão empresarial e desembocando na visão da “responsive governance”.

A “governança” indica que a boa gestão



se obtém por meio da articulação inteligente e equilibrada dos atores interessados no desenvolvimento, os *stakeholders*. O adjetivo “responsive” implica responder aos interesses que diferentes grupos manifestam e supõe sistemas amplamente participativos. É quando o prefeito, em vez de ditar seu programa, ajuda os cidadãos a desenvolver o que *eles* desejam.

O modelo que emerge centra-se na participação direta dos atores, na transparência, na abertura às tecnologias da informação e da comunicação e em soluções organizacionais que assegurem interatividade entre governo e cidadãos. São pontos importantes no Brasil, pois ultrapassam as visões saudosistas autoritárias e a pseudomodernização que coloca um *manager* no lugar do político, e buscam construir capacidade real de solução de problemas.

Democratizar as corporações

As transformações não se limitam ao setor público. Enraíza-se a idéia de que nenhuma corporação pode se limitar a maximizar lucros e deve responder de certa forma aos interesses da sociedade. Assim, as dimensões sociais e ambientais da atividade empresarial deixam de ser externalidades que a sociedade custeia, por meio dos impostos e do setor público, para se tornar um fator intrínseco: o *core business*, o “negócio”, deve ser desenvolvido de maneira responsável.

E parece inevitável – dados os ganhos sistêmicos e o fato de que as políticas



atuais não se sustentam – que as corporações contribuam para a construção de um arcabouço jurídico que facilite a gestão da sociedade como um todo, indo além do sistema de *lobby*.

Reforçar a sociedade civil

No Brasil há a sociedade civil de cima, que se organiza, apóia ONGs, chama o Procon, escreve cartas aos jornais. Mas há também o andar de baixo, os 51% que formam a economia informal, os perdidos nas imensas periferias urbanas, os acampados nas beiras das estradas, os sem-terra, sem-teto, sem-internet, os sem participação efetiva. Para eles, houve avanços indiscutíveis com o Bolsa Família, a elevação do salário mínimo, o aumento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a disseminação do microcrédito.

Avançamos na organização do “andar de cima”, da política para as classes alta e

média, da participação do mundo empresarial, da estabilização da macroeconomia e, pela primeira vez, houve um esforço em escala de inclusão do “andar de baixo”. Mas as distâncias continuam imensas – é preciso ir além das políticas distributivas e dinamizar as propostas para generalizar a inclusão produtiva. A mudança organizacional é o desafio do momento. Outro mundo é sem dúvida possível, pois o que aprontamos até agora não é recomendável. **P22**

*professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – <http://dowbor.org>



POR Ana Cristina D'Angelo
FOTOS Bruno Bernardi

Na sala 5

Um grupo de jovens da Brasilândia, área de ocupação na periferia de São Paulo, trama contra o aperto financeiro, dribla a falta de oportunidades e de equipamentos públicos e filtra a informação que vem da cidade dita oficial para inventar a sua sustentabilidade

O Projeto Sala 5 fica na sala de número 5 do prédio colado na padaria, basta subir a escada. Para se chegar lá, quem está cá na cidade dita oficial, que não foi resultado de ocupação, deve tomar o loteamento 978 T Jardim Guarani e descer no ponto final. A viagem leva uma hora, mas é tranqüila, e o encontro com os jovens que participam do movimento vale a pena. É um instantâneo fiel da vontade que eles têm de mudar e, ao mesmo tempo, das dificuldades do dia-a-dia. Não é toda hora que se vê a moçada da periferia paulistana se mobilizar para tocar, de forma sustentável e autogerida, ações culturais, sociais e ambientais.

Surgido em 2001, a partir de uma oficina de mangá – os quadrinhos japoneses –, o Projeto Sala 5 atua numa região da cidade em que as oportunidades são poucas. O subdistrito da Brasilândia, Zona Norte de São Paulo, está entre os 19 com maior vulnerabilidade juvenil da capital, e onde faltam equipamentos

públicos de saúde, saneamento básico e cultura. A pouca informação e o parco vislumbre de mudança são outras faltas tão importantes quanto as anteriores.

E é contra estas e, conseqüentemente, contra as outras ausências que os jovens do Sala 5 trabalham. Fundado pelos próprios jovens, com apoio de ONGs já consolidadas como o Instituto Sou Da Paz, o movimento se alimenta das informações da cidade formal, mas mantém concentração sempre na melhoria da condição de vida na região da Brasilândia.

Num lugar onde falar de sustentabilidade, espaço urbano, continuidade e meio ambiente pode soar supérfluo, eles tentam contagiar os outros com ações simples, mas poderosas. E quebram a cabeça, sim, muitas vezes, como conta Luiz Flávio Lima, um dos diretores do Sala 5. “ Fizemos uma oficina de mosaico em 2002 com alguns jovens. O entusiasmo foi grande e partimos para a



Onde falar de espaço urbano e meio ambiente pode soar supérfluo, o Projeto Sala 5 tenta contagiar a população. Está na ordem do dia produzir uma revista, a *Menisquência*, em que a sustentabilidade começa com a noção de autogestão

ação, revitalizando uma praça do bairro com o que foi aprendido aqui. Muito pouco tempo depois as pessoas tinham arrancado as pastilhas e foi muito frustrante”, confessa. Se a consciência não chegou a todos, a de Luiz, tão nascido na Brasilândia e vivente do embate com a escassez como os outros 270 mil moradores, é bem lúcida. “Vimos que era uma questão de criar hábitos de convivência nos espaços públicos, as pessoas simplesmente não estavam preparadas para usufruir da praça, e a ação não cuidou disso, do envolvimento de todos.”

Nem por isso eles desistiram. Mais uma vez, em 2003, a meninada se reuniu para fazer os mosaicos, cortar e colar os azulejos, produzir as peças e, claro, todo mundo querendo ver o trabalho exposto. Desta vez a escolhida foi uma praça no Jardim Penteadado e a ação foi mais consistente. Muita conversa com os moradores, usuários da praça, vizinhos, mães, pais, parentes, conhecidos. O



Cortar os azulejos para formar os mosaicos e revitalizar ruas e praças até era fácil. Difícil foi quebrar a cabeça para envolver as pessoas e estimular a convivência nos espaços públicos



“Aqui, a indiferença é maior que a rejeição, então as pessoas podem de fato

resultado foi bem mais compensador. Segundo Luiz, o trabalho não terminou e vai seguindo, de acordo com a disposição dos jovens, novas oficinas, quase uma caravana que marca encontro no ponto de ônibus para fazer arte na rua a cada semana.

Fachadas e auto-estima

No ano seguinte, o interesse e a movimentação gerados com a mudança da cara da praça levaram os jovens a uma viela do bairro Jardim Guarani, próxima à sede do projeto. Batendo papo com os moradores que vivem uns colados nos outros, com portas e paredes externas muito parecidas, surgiu a idéia de levar o mosaico para lá também. “Nesse caso é como se o trabalho desse uma identidade para cada morador”, reflete Luiz. Restauraram fachadas e a auto-estima das pessoas.

Mas houve outras tentativas fracassadas que eles contam sem medo. “Aqui o primeiro objetivo de todo mundo é ganhar dinheiro, o que é muito legítimo. Como vou falar para darem preferência a produtos certificados que muitas vezes são mais caros?”, pergunta Aldrey Riechel, uma jovem de 20 anos que dirige o projeto e também trabalha numa ONG ambiental. Eles já sabem, contudo, que, quando a ação envolve mais gente e as pessoas se sentem contempladas e participantes, a coisa anda. “Porque, aqui, a indiferença é maior que a rejeição, então as pessoas podem de fato mudar”, afirma Aldrey.

A feira cultural realizada em 2004 na Vila Terezinha teve vários impactos. Enquanto alguns moradores repudiaram a movimentação dos jovens limpando a praça para o evento, os comerciantes do entorno ofereceram lanche para a moçada. Comida, transporte, aliás, itens imprescindíveis para a sustentabilidade dos projetos na Brasilândia. Desde o início de uma ação, o grupo pensa as possibilidades de ida e volta – e de lanche – para quem vai participar ao longo do dia.

No Dia D, por exemplo, o desafio é fazer um fanzine inteiro, desde a pauta, fotos, quadrinhos, histórias e até diagramação e impressão num único dia. É um dos eventos mais concorridos do Sala 5 e para o qual o projeto busca patrocínio no comércio da região. E, na hora de buscar os pães para o lanche, nada de sacolinha plástica. Dá para colocar tudo numa caixa, por que não? Essas ações vão quebrando aos poucos a resistência dos moradores. “A mãe acaba sabendo, o filho leva para casa novas informações, e assim vai”, acrescenta Luiz.

O gogó não basta

Uma das novas empreitadas é implantar coleta seletiva. Mais um murro em ponta de faca. Se a disciplina e o pouco de boa vontade que a reciclagem exige já encontram obstáculos entre os abastados, para quem vive no aperto financeiro separar o lixo é uma conversa que quase não interessa. Unilson Mangini Júnior

mudar”, diz Aldrey, que dirige o projeto e é ativista de uma ONG ambiental

está levando a sério a proposta. Convenceu a síndica de quatro prédios, com 212 apartamentos, que a reciclagem é uma boa. Mas, sabendo que precisava de mais que o discurso para chamar atenção, propôs a venda dos materiais recicláveis encontrados no lixo e mais: metas para usar o dinheiro na compra de objetos do interesse de todos.

Assim, com a criatividade de Unilson, aumenta o lixo reciclado e vendido, o recurso vai para a compra de um escorregador para as crianças ou vai melhorar a portaria do prédio e assim por diante. Seu projeto, que conta com o apoio do Sala 5, inclui ainda oficinas para jovens moradores interessados em produzir peças com garrafas PET e cestas feitas do jornal recolhido.

O interessante, intui Aldrey, é que inconscientemente são os habitantes da Brasilândia e de outras tantas periferias das grandes metrópoles os que menos poluem, degradam, geram lixo. “É uma contrapartida de que eles não fazem idéia”, diz, fazendo referência a quem mora no centro e provavelmente desconhece o cotidiano e sua sustentabilidade nas periferias.

Atração e retenção

Na ordem do dia do Sala 5 agora está a revista *Menisquência*. A publicação é feita integralmente por jovens participantes das oficinas do projeto e também vendida por eles nas ruas de São Paulo. Num esquema praticado por outras revistas dentro e fora

do País, metade do dinheiro fica com o vendedor e a outra metade é aplicada no projeto. A idéia de manutenção e continuidade da revista é outro desafio. “Quem participa precisa ter a consciência que está vendendo o que produziu, do valor de independência disso”, afirma Luiz.

Muitos jovens pensam que fazer um curso é garantia de emprego automático ou que a venda bem-sucedida de um mês é suficiente para as urgências financeiras. A revista enfrenta ainda a cultura assistencialista que funciona mais rápido nas periferias e as empresas de *telemarketing* que grassam por lá atrás de gente jovem que decora frases prontas rapidamente e trabalha muito. “Queremos envolver as pessoas por elas mesmas, quem desenha, escreve ou sabe vender ou se interessa por tudo isso e quer aprender. Na *Menisquência* as pessoas se autogerenciam, o que também é um conceito que muitos jovens ignoram ou têm resistência”, afirma Aldrey.

Joyce Santos assinou reportagens na última edição e saiu perambulando pela Praça Benedito Calixto, *point* badalado na Zona Oeste de São Paulo, com as revistas na mochila num final de semana. Em cinco horas de trabalho, diz que vendeu R\$ 200. Por via das dúvidas, Luiz já fez o cálculo que atrai vendedores para a revista. Com 32 horas de trabalho semanal é possível tirar R\$ 1.440 por mês. “Isso sem contar o dinheiro que vai para o projeto, alimentar a revista, novas oficinas e novas ações”. **P22**

O país na moda

O Brasil é *exciting* para jovens estrangeiros e arranca elogios da *The Economist*.

Tamanho entusiasmo pode sinalizar um bom momento, mas há muito a fazer



“O Brasil é o país do futuro!”, diz, entusiasmada, uma amiga americana que mora na Suíça, namora uma italiana, faz doutorado em mudanças climáticas, cultiva uma horta e iniciou um projeto pessoal de não consumir nada novo durante um ano inteiro. Ela pensa em mudar de país, mas ainda está indecisa entre São Paulo, Nova Délhi ou Pequim.

Vejo o mesmo entusiasmo nos europeus, que me consideram interessante e sortuda, apenas pelo meu passaporte. Para além da paixão pelas Havaianas e pelas cores verde e amarela, nosso país não é mais

associado apenas ao trio violência-futebol-carnaval. A violência continua presente no imaginário dos gringos – e na dura realidade dos brasileiros –, mas o Brasil é cada vez mais visto como integrante da tal da aldeia global, um país onde as pessoas sonham em morar, onde as coisas acontecem, um país *exciting*. Nas palavras da minha amiga globalizada, um país “na moda”.

A gincana da pobreza

De cara desconfio, pois já vi entusiasmos semelhantes. Quando comecei meu mestrado aqui na Inglaterra, imaginei que os

cursos mais concorridos do departamento de Desenvolvimento da London School of Economics fossem sobre política econômica internacional, ou meio ambiente e desenvolvimento, ou sobre pobreza e desigualdade social. Afinal, são estes os temas cruciais ligados aos países em desenvolvimento, certo? Errado. Puro amadorismo. O curso com lista de espera e estudantes disputando a vaga era o de Complex Emergencies (Emergências Complexas). E lá se iam, europeus e americanos, ávidos em conhecer estratégias para se lidar com as guerras na África, os tsunamis na Ásia, os contaminados de Bhopal. Entre os alunos havia um certo clima de “competição” pela experiência mais difícil, mais “Terceiro Mundo”: “Eu morei durante um ano em um acampamento de refugiados em Ruanda”. “E eu recolhi corpos nas ruas de Phuket”. “Mas eu carreguei nas costas mulheres sem pernas, das minas no Camboja”.

É admirável ver jovens curiosos em conhecer – e enfrentar – uma realidade tão diferente da deles. Mas faz pensar. Quando se buscam experiências de vida tão dramáticas como se fossem um esporte radical, alguma coisa está errada.

Para aqueles alunos, os problemas crônicos dos países em desenvolvimento não inspiravam tanto. Eles não enxergavam em um gigante emergente como o Brasil, por exemplo, um país todo de emergências. Nosso tsunami é anual, seja pela fome, seja pela violência. Nossos refugiados abri-

gam-se em seus acampamentos, à espera de terra para plantar, para viver. Nossos “bhopalenses” perdem seus rios e florestas pela contaminação da soja, da pecuária, da indústria. São tragédias que se arrastam por anos, décadas. Não trazem a adrenalina da urgência, mas a solidão de gerações de abandono. E, nas regras da atração do Terceiro Mundo, isso valia pouco. O Brasil não tinha vez.

A Terra Prometida

Mas agora o país está “na moda”. Parte do entusiasmo pode ser o bom e velho fascínio pelo novo, pelo diferente, pela sede de emoções. Mas outra parte do encanto mais recente dos meus colegas estrangeiros, ansiosos em “experimentar” o País, pode dizer algo interessante para nós, brasileiros.

Talvez os jovens americanos e europeus, especialmente aqueles preocupados com um futuro melhor – mais justo e mais verde –, enxerguem no Brasil o que eles não mais encontram em sua terra natal: a chance de viver em um país em franca construção, com oportunidades para seguir um caminho novo, diferente do trilhado pela geração de seus pais e de seus países. A possibilidade de “fazer melhor”.

Se a intenção é fazer melhor, o Brasil pode mesmo sair na frente. Em edição recente, a revista *The Economist* elogiou os avanços nacionais na educação, na geração de emprego formal e na redução da desigualdade. Para a revista, pouco afeita a exa-

geros, o País apresenta desempenho social melhor que seus pares China e Índia. Ao que se acrescenta uma democracia mais sólida e estável, em paz com seus vizinhos, além de uma sociedade civil organizada, tanto na esfera social como na ambiental.

Claro que o Brasil está longe de corresponder ao retrato – por vezes reducionista – da revista inglesa. Ainda temos uma sociedade indecentemente desigual, problemas ambientais graves e um crescimento baseado muito no desenvolvimentismo dos anos 70 e pouco na sustentabilidade exigida para o novo século.

Ainda há muito por fazer. E, no caminho, as idéias ufanistas do passado não nos ajudam. O Brasil não é “o país do futuro”. Não somos a Terra Prometida. Deus não é brasileiro. Mas meus amigos gringos e a *The Economist* podem estar corretos em sinalizar, cada um a seu jeito, que o Brasil atual apresenta algumas oportunidades reais de se fazer diferente, de se fazer melhor.

Não somos “a Terra Prometida”, mas talvez sejamos um país que promete. Não somos “o” país do futuro, mas tem muita gente apostando no futuro do Brasil. **P22**

**mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela London School of Economics and Political Science*



FOTOS: CARO BORTO



Foi dada a largada

No *grid*, os grandes rivais da batalha cotidiana por espaço nas ruas de São Paulo: carro, moto, bicicleta, ônibus, metrô, trem e pedestre. O desafio: chegar ileso à prefeitura, no Centro da cidade, partindo às 18 horas da Praça General Gentil Falcão, na região da Berrini, Zona Sul, um percurso de aproximadamente 9 quilômetros.

Com 36 minutos de prova, o ciclista Felipe Meirelles foi o grande vencedor. O pódio foi dominado pelas magrelas. A favoritíssima moto amargou o quinto lugar, com 44 minutos, e o carro só deu as caras depois de 1 hora e 51 minutos.

O Desafio Intermodal, iniciativa de ciclistas organizados com apoio da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, é uma competição bem-humorada, para demonstrar aos apressados paulistanos que há vida além do carro. Mas também serviu pra denunciar a precariedade do transporte público.

Bruno Rodrigues, que utilizou ônibus e metrô, conseguiu a façanha de perder para o pedestre. Foi o último a chegar, com o tempo de 2 horas e 44 minutos, enquanto o adversário gastou 2 horas e 21 minutos. "Eu passei a usar bicicleta justamente porque não agüentava mais a falta de respeito e de infra no transporte público. O meu ônibus ficou duas horas parado", justificou o lanterna. **P22**



NUTRIÇÃO, SAÚDE
E BEM-ESTAR.

ESSA É A RECEITA DA NESTLÉ.

Ha 87 anos, a Nestlé chegou ao Brasil para fazer parte dos momentos mais gostosos da sua vida, oferecendo sempre produtos voltados para Nutrição, Saúde e Bem-Estar da sua família. Hoje, a Nestlé sente muito orgulho de ter sido tão bem recebida e de estar presente em 97% dos lares brasileiros. Afinal, a gente sabe o quanto um pouco de carinho faz bem.

Nestlé
faz bem





**A Vale oferece minério para sua vida.
E usa tecnologia ambiental para ajudar a conservar
97% da Floresta Nacional de Carajás.**

A mineração moderna praticada pela Vale usa tecnologia de ponta em seus processos produtivos e na sua gestão ambiental.

- A Vale recupera os 3% da área que utiliza em Carajás para mineração e infra-estrutura.
- E possui o maior viveiro de mudas de espécies nativas tropicais da América Latina.
- Na Reserva Natural Vale, em Linhares - ES, são protegidas seis espécies de felinos da Mata Atlântica, inclusive a onça-pintada.

A Vale acredita que pode fazer mais. É um enorme desafio mas, sim, é possível.



www.vale.com